

As campanhas eleitorais contra as reivindicações das massas, seus métodos de luta e independência de classe

EDITORIAL

NACIONAL

ELEIÇÕES
2024 / SP

MANIFESTO

+ pag/4+5



Pelo **voto nulo**, contra a burguesia, sua falsa democracia, contra seus candidatos, contra suas políticas, contra a fome, a miséria e o desemprego, contra a alta dos preços e as demissões, contra as privatizações e as contrarreformas antinacionais e antioperárias, contra as esquerdas que traem as lutas e mentem aos oprimidos para chamar votos em seus candidatos, e **para defender a revolução proletária, a construção do partido revolucionário assentado no programa proletário, para defender que as massas assumam a defesa das suas reivindicações com suas próprias mãos, por meio da ação direta de massas, pela real independência de classe.**

ELEIÇÕES 2024

PSTU defende um programa de radicalização da democracia burguesa | + pag/8

Arcary transforma a capitulação à burguesia em uma "estratégia eleitoral socialista" | + pag/10

ELEIÇÕES EUA

2024

Convenção democrata confirma candidatura de Kamala Harris, endossando a trama palaciana contra Biden e o genocídio na Palestina | + pag/26

UNIVERSIDADE + pag/15

Abaixo a instalação de grades e catracas nas portarias dos blocos de moradia **do Crusp!**

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

As campanhas eleitorais contra as reivindicações das massas, seus métodos de luta e independência de classe

A chegada das campanhas eleitorais municipais já está agravando a atitude das direções diante das reivindicações e dos movimentos das massas. É como se tivesse soado uma corneta que ordenasse a todas que suspendessem todas as manifestações que pudessem atrapalhar a caça aos votos, em especial de setores conservadores da pequena burguesia. A direitização geral da burguesia brasileira, que segue a da burguesia mundial, arrasta atrás de si as esquerdas democratizantes. Os candidatos aceitam suportes financeiros oriundos de setores dos mais reacionários da burguesia. Incluem entre seus coordenadores de campanhas figuras já provadamente extremo direitistas. Rechaçam quaisquer identificações com movimentos que possam desacreditá-los diante de seus apoiadores financeiros, políticos ou diante de eleitores reacionários. É o verdadeiro vale-tudo em busca de votos para se alçar aos postos no Estado burguês. E, claro, a partir de promessas irrealizáveis sob o capitalismo em crise mundial.

A defesa das reivindicações mais sentidas das massas, dos métodos de luta e organizativos correspondentes, da real independência de classe, passa neste momento pela rejeição do eleitoralismo que procura arrastar os explorados para o beco sem saída das eleições burguesas.

A contenção das tendências de luta pelas direções tem permitido que as disputas entre as frações da burguesia se processem no interior das instituições da democracia burguesa sem contar com a pressão das massas em movimento.

As negociações ao redor da Reforma Tributária resultaram em uma taxa

ainda maior que a atual. Após fazer as contas decorrentes das negociações com os diversos setores burgueses que reivindicaram isenções e redução de impostos, os ministros da área econômica estimam que a taxação será de 28% sobre o valor das mercadorias/serviços. O que significa o maior imposto do mundo. Serão os assalariados e a classe média os mais penalizados. Pelo menos metade de tudo o que se arrecada irá diretamente para os bolsos dos parasitas da dívida pública. E tem ainda as emendas parlamentares, os desvios de verbas, a corrupção e os cortes de orçamentos de serviços sociais públicos. Empresas que nada têm a ver com as condições de vida e trabalho das massas, como “eventos” e “automóveis a combustão”, serão as mais beneficiadas.

O governo, o Judiciário e os chefes do Senado e da Câmara, além do Procurador-Geral e Advogado Geral da União, se reuniram para negociar como continuarão a serem feitas as emendas parlamentares “secretas” e “pix”. No governo Lula, alcançaram a marca de mais de R\$ 55 bilhões anuais, a maior da História. O Ministro Flávio Dino tinha congelado o repasse dessas medidas até que obedecessem a uma norma de transparência. O presidente da Câmara do Deputados ameaçou colocar em votação projetos que dariam ao Legislativo a prerrogativa de derrubar decisões do Supremo Tribunal Federal. A negociação foi o caminho para garantir os interesses dos deputados – preservar as emendas – e não rebaixar o poder judiciário a subalterno do parlamento. O poder executivo, exercido hoje por Lula, segue perdendo poder decisório orçamentário diante do Legislativo. Os

“
...

As esquerdas democratizantes os ajudam nessa empreitada: também lançam candidatos que prometem que, se eleitos, vão atender a partir de seus cargos as reivindicações das massas, desviando-as do caminho da ação direta para as urnas. Quando estão nas direções das organizações de massas, travam as lutas, para que haja toda concentração de esforços nas campanhas eleitorais e para que não se percam votos de eleitores conservadores que rejeitam as lutas das massas. Prestam assim um enorme desserviço à luta pela revolução social.

interesses do capital financeiro internacional precisam ser garantidos por um parlamento azeitado com a distribuição de verbas e corrupção. Tudo garantido pela Justiça Burguesa. E tudo isso se realiza tranquilamente, sem ter de enfrentar as lutas das massas, contidas pelas direções subordinadas ao governo de Frente Ampla, perante o qual a esquerda comparece subordinada à direita burguesa.

Da mesma forma, acontece a disputa eleitoral entre os candidatos da burguesia. As eleições são o campo próprio de disputa das frações burgue-



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

//

...

...o PPRI estará obrigado a defender o **VOTO NULO NAS ELEIÇÕES. Contra a democracia burguesa imperialista, contra todos os candidatos da burguesia e contra todos aqueles candidatos da chamada “esquerda”** que colaboram e traem as massas em seus movimentos. —



sas. Nelas, as massas são arrastadas a apoiarem e depositarem seu voto nos seus opressores, ou naqueles que colaboram em maior ou menor grau com a opressão. Os exploradores utilizam todos os meios ao seu alcance para insuflarem a ilusão nas massas, de que podem melhorar suas condições de vida por meio da eleição de gestores ou parlamentares que atendam as suas necessidades a partir das prefeituras e das câmaras de vereadores. Mas não estão sós nessa empreitada. As esquerdas democratizantes os ajudam nessa empreitada: também lançam candidatos que prometem que, se eleitos, vão atender a partir de seus cargos as reivindicações das massas, desviando-as do caminho da ação direta para as urnas. Quando estão nas direções das organizações de massas, travam as lutas, para que haja toda concentração de esforços nas campanhas eleitorais e para que não se percam votos de eleitores conservadores que rejeitam as lutas das massas. Prestam assim um enorme desserviço à luta pela revolução social.

Essas esquerdas direitizadas não estão apenas no Brasil. As massas têm saído às ruas no mundo todo, nas Américas, África, Europa, Ásia. Apoiam os palestinos e condenam o sionismo genocida, mas também lutam contra as medidas de cortes de direitos, contra a guerra movida pelo

imperialismo, por suas reivindicações mais sentidas. Somente não avançam mais, confrontando diretamente os governos e a burguesia em seus países e no mundo todo por conta do freio das direções, ajoelhadas diante da democracia burguesa imperialista, que é o meio pelo qual a direita e extrema direita burguesas têm imposto as medidas de ataques às condições de vida e trabalho das massas. Os governos à frente dos Estados burgueses não estão obrigados a recorrerem aos métodos da violência fascista de destruição das organizações das massas e enfrentamento com elas, porque as direções as contêm e desviam para a senda da democracia burguesa (parlamento, governo e judiciário), onde se discutem e aprovam as medidas de profundos ataques aos salários, empregos e direitos, e maior opressão nacional e social em toda linha. Os mesmos parlamentos que aprovam as guerras e o fornecimento de todos os insumos para elas e para os genocídios, alimentando a indústria bélica e assim contornando relativamente as tendências recessivas mundiais.

A falta de um partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional, e de suas seções nacionais organizadas junto às massas, ligadas aos movimentos dos explorados e sendo sua expressão política, impede que os explorados possam se manifestar nas

eleições defendendo um voto de protesto, de negação e denúncia da democracia burguesa e de todos os candidatos da burguesia e seus ajudantes, e defesa do programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias, dos métodos da luta de classes e da real independência de classe.

Por isso, o PPRI estará obrigado a defender o voto nulo nas eleições. Contra a democracia burguesa imperialista, contra todos os candidatos da burguesia e contra todos aqueles candidatos da chamada “esquerda” que colaboram e traem as massas em seus movimentos. Pela revolução e ditadura proletárias, pelo partido revolucionário em construção, pela defesa das reivindicações das massas por meio da ação direta e com total independência de classe. ●

FOLHETIM

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA


VOTO

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

Manifesto do PPRI em defesa do Voto Nulo nas eleições Municipais

Manifesto PPRI - setembro de 2024

 O proletariado, os camponeses pobres, a juventude e os movimentos populares são convocados a votar nos diversos candidatos a prefeito e vereadores, em outubro. Sofrem todos com a permanência das reformas Trabalhista, de Temer, e da Previdência, de Bolsonaro, que favoreceram a imposição e generalização do trabalho precário sem direitos e terceirizações – hoje, metade dos empregados está nessas condições –, e dificultaram a aposentadoria por tempo de serviço ao conjunto dos assalariados, além de aumentarem as taxas sobre os salários do funcionalismo. Veio o governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin, e que tomou como central de sua política econômica o Arcabouço Fiscal. É uma medida de proteção e garantia aos parasitas da dívida pública, de que terão sua renda preservada, mesmo que para isso o governo tenha de cortar gastos em Saúde, Educação, etc. Serão R\$ 750 bilhões por ano, metade de todo o gasto federal, só para sustentar esses abutres. E vem aí a Reforma Tributária, que imporá a maior taxa do mundo, 28% sobre as mercadorias e serviços. Os maiores prejudicados serão os pobres e a classe média. Os mais ricos, como as empresas de eventos, serão beneficiados com isenções.

Os preços dos produtos mais essenciais para a alimentação, as contas de luz, o gás, os combustíveis, tudo

sobe. Empresas são fechadas e seus trabalhadores são demitidos. Direitos são atacados. As privatizações enchem os bolsos dos amigos dos governantes de dinheiro, e pioram os serviços assumidos pelos novos donos – basta ver as linhas 8 e 9 da CPTM em São Paulo.

Os ataques às condições de vida e trabalho da população assalariada são desfechados pelos governos federal, estaduais e municipais, sem que se organize uma resistência geral a eles. Os movimentos que se levantam, apesar de não serem impulsionados, acabam isolados e terminam sem conquistas.

AS REAIS AMEAÇAS DA EXTREMA DIREITA

A quase totalidade das correntes, organizações e partidos de esquerda, que dirigem grande parte dos sindicatos e demais organizações de massas no Brasil, está mergulhada nas campanhas eleitorais de seus candidatos a prefeito e vereadores. Buscam os votos dos eleitores conservadores, para tentar derrotar os bolsonaristas. Afirmam que a principal tarefa do momento é derrotar eleitoralmente a extrema direita. Para isso, deixam de lado, sufocam ou desmontam as mobilizações e os movimentos de massas que pretendam se levantar pelas reivindicações e necessidades mais sentidas pelas massas. Nas direções dos movimentos, colaboram negociando no


campo dos ataques ditados pelos governos e pelos patrões. Querem ver o diabo, mas não querem ver greves e demais formas da luta de classes.

Os patrões e governos acham isso ótimo. Diante dessa política geral das direções, vão aplicando, implementando, aprovando e pondo em prática uma série de medidas reacionárias contra as massas, sem ter de utilizar da repressão mais violenta sobre os movimentos – as próprias direções das organizações de massas se encarregam de derrotá-los. Ou seja, conseguem ir adiante e se fortalecem nas políticas de extrema direita. As esquerdas eleitoreiras os ajudam a fazer isso. Quem está de fato combatendo e quem está ajudando a extrema direita?

O combate efetivo à extrema direita, aos patrões, aos governos e suas políticas reacionárias está na organização e impulso da luta de classes, não na via eleitoreira.

PELA DERROTA MILITAR DO IMPERIALISMO E DO SIONISMO NO MUNDO TODO

As massas no mundo todo estão se mobilizando em favor dos palestinos, que sofrem com o genocídio imposto pelo estado sionista de Israel, que é um enclave militar dos Estados Unidos no Oriente Médio. E contra seus governos burgueses, que apoiam de toda forma o genocídio dos palestinos, por meio de compra e venda de armas e treinamento mi-


A quase totalidade das correntes, organizações e partidos de esquerda, que dirigem grande parte dos sindicatos e demais organizações de massas no Brasil, está mergulhada nas campanhas eleitorais de seus candidatos a prefeito e vereadores. Buscam os votos dos eleitores conservadores, para tentar derrotar os bolsonaristas. Afirmam que a principal tarefa do momento é derrotar eleitoralmente a extrema direita. Para isso, deixam de lado, sufocam ou desmontam as mobilizações e os movimentos de massas que pretendam se levantar pelas reivindicações e necessidades mais sentidas pelas massas. ■

“ ... **É uma mentira de todo candidato que promete que por meio das eleições haverá saúde, educação, segurança, transporte, moradia, etc.** Incluídos aí os da esquerda democratizante e eleitoreira.

litar, energia/petróleo, dinheiro, comércio em geral, acordos acadêmicos, diplomáticos, etc. Enquanto as burguesias de quase todos os países apoiam de uma ou outra forma o genocídio que já matou mais de 40 mil palestinos, a maioria mulheres e crianças, as massas os combatem nas ruas. É uma tarefa do proletariado e das massas oprimidas no mundo todo imporem aos seus governos a ruptura total de relações com Israel, e levantarem bem alto a defesa da Palestina Livre do Rio ao Mar, ou seja, com o fim do Estado genocida de Israel. Os candidatos das esquerdas se negam a empunhar essas bandeiras, porque assim perdem votos conservadores. Trocam votos pelas vidas palestinas.

Na Ucrânia, a guerra entre a OTAN comandada pelos Estados Unidos e a Rússia, que conta ainda com a propriedade nacionalizada pela Revolução Proletária de 1917, continua. Há esquerdas que defendem a OTAN contra a Rússia. Há movimentos de massa na Europa que reivindicam o fim da guerra e do apoio militar e financeiro de seus países à ofensiva contra a Rússia. As esquerdas abandonaram essas bandeiras, e se alinharam ou se subordinaram política e eleitoralmente a governantes direitistas (alguns fantasiados de esquerda), em nome do combate à extrema direita e contra a ditadura de Putin. Traem o proletariado mundial, e favorecem a ofensiva

bélica dos Estados Unidos em toda parte, inclusive na Palestina.

A defesa da democracia burguesa imperialista, que é cada vez mais restrita e autoritária, e é usada como meio para a burguesia impor seus ataques e demais medidas reacionárias contra as condições de vida e trabalho das massas, sem necessitar ainda de um regime fascista para fazê-lo, é uma das piores traições das esquerdas eleitoreiras às massas.

AS ELEIÇÕES SÃO O CAMPO PRÓPRIO DE DISPUTA DA BURGUESIA. E NÃO DOS EXPLORADOS

As eleições são o principal meio de engano e ilusão que os capitalistas usam sobre os explorados. Por meio delas, criam a fábula de que os assalariados escolhem pelo seu voto quem os governa e como. Na verdade, são os capitalistas que impõem, por meio de seus partidos, do poder econômico, dos aparatos dos governos, e da legislação eleitoral, quem pode ou não pode concorrer e vencer de verdade. As massas são arrastadas por promessas de melhora de suas condições de vida e trabalho a apoiarem seus carrascos. Votam e não têm nenhum poder de influir de verdade na gestão de qualquer instância de governo ou do legislativo, e muito menos no judiciário, que nem mesmo é eleito, e sim indicado. Quem manda de verdade são os capitalistas mais poderosos,

que têm, nos governantes e nos parlamentares, seus capachos e capangas, para manter e aumentar a exploração do trabalho e das riquezas do país.

É uma mentira de todo candidato que promete que por meio das eleições haverá saúde, educação, segurança, transporte, moradia, etc. Incluídos aí os da esquerda democratizante e eleitoreira.

QUE POLÍTICA DEFENDEM OS REVOLUCIONÁRIOS


As eleições ainda arrasam a maioria das massas. Servem de desvio da luta de classes e engano. O partido do proletariado não pode ver a burguesia arrastando as massas e ficar de fora desse problema. Por isso, enquanto as massas têm ilusões nas eleições, o partido revolucionário atua nesse campo, hostil a ele, ao seu programa e políticas. Se puder lançar candidatos, deve fazê-lo, com a condição de denunciar que a democracia burguesa é na verdade a ditadura de classe da burguesia; de defender o programa e estratégia próprios do proletariado; de impulsionar que os explorados assumam a resolução de seus problemas pelas próprias mãos – por meio da ação direta das massas.

Se não puder lançar seus candidatos, seja porque ainda é muito pequeno e não fincou suas raízes no movimento das massas, em particular no do proletariado, seja porque exista uma legislação muito restritiva

que o impeça, deve manter a intervenção descrita acima. Não existe justificativa para esconder no bolso a defesa do voto nulo que expresse a defesa do programa, estratégia e táticas do proletariado e a denúncia da democracia burguesa. ●

Pelo voto nulo, contra a burguesia, sua falsa democracia, contra seus candidatos, contra suas políticas, contra a fome, a miséria e o desemprego, contra a alta dos preços e as demissões, contra as privatizações e as contrarreformas antinacionais e antioperárias, contra as esquerdas que traem as lutas e mentem aos oprimidos para chamar votos em seus candidatos, e para defender a revolução proletária, a construção do partido revolucionário assentado no programa proletário, para defender que as massas assumam a defesa das suas reivindicações com suas próprias mãos, por meio da ação direta de massas, pela real independência de classe.

A novela das emendas parlamentares ou como a corrupção é parte das engrenagens do Estado burguês

 No governo Bolsonaro, foi muito denunciado o chamado “orçamento secreto”, que seria constituído de recursos da União repassados diretamente a bancadas parlamentares, a deputados e a senadores, que os utilizavam conforme seus interesses regionais, conforme a necessidade de manter seus currais eleitorais.

Eleito o governo Lula/Alckmin, o orçamento secreto foi instituído oficialmente, preservado dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a criação de emendas individuais e de bancada. Em 2023, o governo pagou R\$ 21,95 bilhões em emendas parlamentares, uma alta de 30% em relação ao último ano do governo Bolsonaro. Para 2024, o governo sancionou uma LDO que prevê um gasto de R\$ 47,4 bilhões em emendas parlamentares.

— //

• • •

A corrupção, no entanto, própria do Estado burguês e da constituição oligárquica do Estado brasileiro, não pode ser simplesmente interrompida, o que preserva, também, o repasse regular de vultosos recursos aos partidos burgueses.

Como se vê, o aumento do valor das emendas parlamentares, algumas das quais “impositivas”, ou seja, que o governo não pode bloquear ou adiar, representam o modo pelo qual o governo Lula mantém a sua base e a oposição disciplinadas, para votar as principais pautas da política econômica em curso. O valor destinado ao novo PAC foi de R\$ 54 bilhões, ou seja, apenas um pouco superior ao que repassará aos parlamentares, mostrando que o governo federal sequer pode orientar as verbas discricioná-

rias (que não são constitucionais) conforme seu interesse em “investir” em obras nas cidades e nos estados. Isso, não porque seja realmente “refém” do Congresso “reacionário” e “conservador” como afirmam as esquerdas, mas porque precisa manter as engrenagens da corrupção do Estado brasileiro funcionando, para que possa aprovar com rapidez as medidas que o capital financeiro e imperialista, que o elegeu, exigem.

As emendas parlamentares funcionam como o “óleo” que faz girar as engrenagens do Estado burguês, permitindo que a LDO, o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária, e logo mais a Reformas Administrativa e os ataques ao orçamentos da Saúde e da Educação possam ser realizados sem grandes atritos entre os partidos que representam as frações burguesas.

A ação, nas últimas semanas de agosto, do STF, contestando a legitimidade das emendas parlamentares “impositivas”, mostra apenas que a diretriz do governo em manter o pagamento dos juros da Dívida Pública não pode se chocar com interesses locais de oligarquias ou de frações da burguesia nacional. Flávio Dino, atual ministro do STF e representante confesso do atual governo, atuou para expressar essa linha de defesa do Arcabouço Fiscal, chocando-se com uma ala do Congresso que pretende manter, a qualquer custo, as emendas parlamentares impositivas. No entanto, apenas no primeiro semestre, a estimativa é que o governo já tenha pago cerca de R\$ 30 bilhões em emendas parlamentares.

O governo e parte da mídia burguesa alegam que as emendas não têm critérios “técnicos” bem estabelecidos e, por isso, devem ser “reavaliadas”. O “Centrão”, que domina o Congresso, não abre mão de seus recursos, porque lhe garantem um poder regional eleitoral.

O fato é que se chocam interesses de frações burguesas. As emen-

das parlamentares foram “criadas” ainda no governo Dilma, em 2015, quando estavam em torno de R\$ 9 bilhões. Ao longo dos anos, só cresceram. O governo Lula conseguiu, nas últimas semanas de agosto, em um acordo com as lideranças da Câmara e do Senado, que as emendas estejam vinculadas a um teto da receita corrente líquida, a despesas discricionárias e a projetos de “investimento”, como os do PAC. O que mostra que, em última instância, prevalecem os interesses do capital financeiro, que não quer ver ameaçada a sua fatia do orçamento para o pagamento dos juros da Dívida Pública. A corrupção, no entanto, própria do Estado burguês e da constituição oligárquica do Estado brasileiro, não pode ser simplesmente interrompida, o que preserva, também, o repasse regular de vultosos recursos aos partidos burgueses. Recursos que são fruto da exploração da maioria nacional explorada, que olham, então, a maior parte do orçamento da União, constituído de impostos e taxaões, repassado para o capital financeiro, a partir do pagamento e arrolamento da Dívida Pública, e para os representantes políticos das frações burguesas, os deputados e os senadores, em vez de terem esses recursos utilizados nos serviços sociais, como Saúde, Educação e melhoria da infraestrutura das cidades.

A política proletária denuncia todas as frações da burguesia, nacional e internacional. Luta pelo não pagamento da Dívida Pública e pelo fim do controle do orçamento dos governos pelos políticos burgueses. Luta para que os impostos e taxaões recaiam apenas sobre a classe parasitária, que é a burguesia. Luta para derrubar os governos burgueses a partir de sua estratégia de poder, que é o governo operário e camponês, expressão política da ditadura do proletariado, que só pode ser alcançada por meio da revolução, pelos métodos da ação direta e pelo programa revolucionário. ●

SINDICATO DOS METROVIÁRIOS AVANÇA NO ELEITORALISMO ENQUANTO O GOVERNO AVANÇA NO PRIVATISMO

É com a luta de classes e não com as eleições que os trabalhadores vão derrotar a ofensiva privatizante

O sindicato dos metroviários denunciou que o governo estadual quer tirar os Operadores de Trem (OTs) da linha 15 (monotrilho), e impor um “Plano de Cargos e Salários”. Ambas as medidas visam a atacar as condições trabalhistas e a favorecer o processo de privatização do metrô, que já se iniciou.

Em agosto de 2023, foi apresentado o “Plano de Cargos e Salários”, que: 1) cria as “multifunções” (acúmulo de tarefas), como nas linhas 4 e 5, nas quais os trabalhadores de Operação e Manutenção também fazem atendimento, segurança, etc.; 2) aumenta o tempo de serviço para atingir o teto máximo salarial das funções, levando à desigualdade salarial para as mesmas funções; 3) modifica os critérios das promoções, abrindo caminho à “promoção por indicação”, dentre outras medidas. Esse “plano” é parte do processo de redução de 30% do quadro de funcionários da última década. São medidas das típicas “reestruturações” que os governos sempre fazem, antes de privatizar, e que objetivam a redução de salários e de encargos trabalhistas, a diminuição do quadro de funcionários com aumento da exploração, etc., e que se combinam aos subsídios públicos para as linhas já privatizadas e aumento das tarifas que, por meio da “redução dos custos”, elevam artificialmente os lucros dos capitalistas.

Quanto à linha 15, essa tem sido a que mais apresentou ocorrências de acidentes e falhas técnicas, desde que entrou em operação, há 15 anos. O sindicato alerta que “só não foram piores” graças aos OTs, e anunciou que vai “acionar o Ministério Público”. Enquanto isso, foram convocados atos nas estações – mas sem greve, nem paralisação de atividades. Quanto ao “plano”, foi rejeitado em uma assembleia dos trabalhadores no dia 30/07, por 70% dos votos. Rejeitou-se ainda a “adesão individual e voluntária” ao novo “Plano”, manobra do governo para dividir a categoria e individualizar as decisões.

O governo dará um passo na privatização do metrô, com a imposição de seu plano para a Linha 5, Lilás, ainda em 2025. Com esse objetivo, no dia 31/07, Tarcísio organizou uma reunião com “Diretores de Operação, de Assuntos Corporativos, de Finanças e de Engenharia do Metrô, além do próprio presidente, para uma reunião no Palácio dos Ban-

“
...

(...) não surpreende que, **enquanto denunciam corretamente os ataques descritos como passos para o privatismo, ao mesmo tempo não organizam uma greve por tempo indeterminado até derrotar os ataques** e, em vez disso, agora chamam para “Derrotar Ricardo Nunes, construindo a unidade da esquerda e movimentos sociais”.

deixantes para apresentar a proposta de concessão”, afirma-se no site do sindicato dos metroviários. Nessa reunião, se tratou a proposta da privatização da linha 5, e como será o “Plano de Carreira de Cargos e Salários”, a ser implementada nessa linha e também na linha 4.

O privatismo dos serviços públicos no estado de São Paulo avança a passos largos. Já foram privatizadas a Linha 7 da CPTM, o Trem Intercidades e a Sabesp. Tarcísio conseguiu avançar porque as direções da Força Sindical (CPTM) e da CTB (Sabesp) se negaram a organizar greves e a unificar a população afetada para enfrentar o entreguismo por meio da luta de classes. Foi organizada uma única greve de metroviários, ferroviários e trabalhadores da Sabesp no dia 3 de outubro de 2023; mas logo foi desviada para uma “consulta popular”, que bloqueou as tendências grevistas e priorizou as medidas judiciais, as visitas a deputados aliados, as denúncias em audiências públicas, etc.

Na reunião no sindicato dos ferroviários, no dia 30/01, as direções aprovaram um calendário que repetia os mesmos métodos democratizantes e institucionais do ano anterior. O “calendário” não tinha qualquer convoca-

tória a uma greve como a de 2023, nem foram realizadas ações diretas ou manifestações massivas de rua, mas sim houve chamados a “derrotar a extrema direita” nas eleições para “defender” as empresas públicas. O resultado dessa política imobilista foi a vitória do governo, que privatizou as linhas da CPTM e depois a Sabesp, porque não

enfrentou a resistência coletiva e a ação direta das massas. As massas foram derrotadas por exclusiva responsabilidade das direções sindicais, que abortaram a luta ao se afundarem no eleitoralismo e no parlamentarismo.

A direção dos metroviários se diz de “esquerda” e “anti-burocrática”, mas esteve ao lado dos burocratas direitistas e estalinistas ao se opor às greves unitárias e por tempo indeterminado até derrotar o governo. E esteve lado a lado delas também, ao chamar o voto em Boulos contra Nunes, antes mesmo de começarem as campanhas eleitorais. Por isso, não surpreende que, enquanto denunciam corretamente os ataques descritos como passos para o privatis-

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquirir com nossos militantes!

mo, ao mesmo tempo não organizam uma greve por tempo indeterminado até derrotar os ataques e, em vez disso, agora chamam para *“Derrotar Ricardo Nunes, construindo a unidade da esquerda e movimentos sociais”*.

Segundo afirma a direção do sindicato, *“A eleição municipal será um momento muito importante de debate e disputa sobre concepção dos serviços públicos, projeto de cidade, direitos democráticos, sociais e trabalhistas”*. E que *“Como trabalhadores de uma empresa pública ameaçados pelo projeto da extrema direita que governa o estado de São Paulo, temos obrigação de entrar neste debate”*. Essa linha foi aprovada no 14º Congresso deste ano. Se se comparam os atos esvaziados e sem greve ao interesse que os membros da direção estão demonstrando nos atos da categoria – além da Palestina e outros – em convocar a votar os “candidatos de esquerda” e apoiar Boulos, nota-se claramente que o congresso deste ano pouco serviu à luta, e muito serviu aos interesses eleitorais dos governistas, que têm por costume usar os sindicatos como palanque eleitoral, enquanto se negam a fazer greves massivas contra a privatização e os ataques que vêm progressivamente avançando e se impondo.

Os reformistas e os centristas recorrem à lógica formal eleitoral para acobertar seu imobilismo. Eis: a ultradireita é privatista, enquanto “nós” defendemos os serviços públicos. Se a ultradireita é derrotada eleitoralmente, e assume um governo “progressista”, então haverá nas instituições quem

defenda as empresas públicas. Não foi com o discurso de defender os salários e direitos e empresas públicas que essas mesmas correntes chamaram a votar em Lula contra Bolsonaro? Qual foi o resultado? O privatismo segue sob o governo Lula, e é agora acompanhado com mais ataques contra os trabalhadores: reforma administrativa, Arcabouço Fiscal, cortes na Saúde e na Educação, etc. Disseram no ano passado que seria possível frear as privatizações a partir de uma consulta popular que “demonstraria” que a maioria da população é contra as privatizações, bem como se recorreria ao convencimento de deputados e a medidas judiciais, etc. E o que aconteceu? O governo aprovou na Alesp – com apoio da Justiça burguesa – a privatização das linhas da CPTM e da Sabesp. Agora, de novo, essas correntes da direção dos metroviários chamam a votar em Boulos – ou promovem candidaturas formais, para, no segundo turno, votar em Boulos – dizendo que é possível reverter o quadro dos ataques com políticos “progressistas” na prefeitura.

O PSTU (minoridade nos metroviários) que defende uma “frente de esquerda independente”, também se subordinou à frente burocrática que levou às derrotas da CPTM e da Sabesp. Em uma assembleia do metrô, foi a favor da “unidade sindical” com as direções burocráticas direitistas e reformistas contra um setor da base, que queria continuar a greve de 2023. O mesmo fez na Apeoesp, no dia 15 de março, quando existiam tendências de luta e condições para reverter as 40 mil

demissões dos professores da Categoria O. Em nome da “unidade” e de “construir a greve”, os morenistas estiveram junto do PT e da maioria do PSOL contra a greve pela defesa dos demitidos. Os que chamam a votar “pela independência de classe” se diferenciaram apenas em grau da capitulação e do imobilismo em relação às direções estalinistas, direitistas e reformistas.

A tragédia para os trabalhadores e para a população que usa os serviços públicos é que a política dos estalinistas (CTB), direitistas (Força), reformistas (PT e PSOL) e centristas (PSTU e seus satélites) já se comprovou falida. Seja qual for o governo burguês de plantão no Estado, os eleitos continuarão governando para os capitalistas que impulsionam as privatizações e as contrarreformas. O cretinismo parlamentar e o seguidismo judicial levam sempre ao mesmo resultado. Somente uma direção classista e revolucionária, apoiada na democracia operária e nas tendências de luta, pode criar a força coletiva capaz de derrotar o governo e os empresários, e reconquistar todos os direitos e condições trabalhistas retiradas. Para isso, é necessário passar por cima dos burocratas sindicais da direita e da esquerda, para fazer dos sindicatos instrumentos da luta de classes. As derrotas da CPTM e da Sabesp devem servir à vanguarda como lição, e impulsionar a sua luta pela formação de frentes únicas, e para forjar oposições revolucionárias para conquistar a direção dos sindicatos e das organizações de massas para a luta de classes. ●

PSTU defende um programa de **radicalização da democracia burguesa** - e a isso chama de “alternativa socialista”

Para os morenistas, as eleições serão marcadas pela polarização *“entre a extrema-direita ... e a chamada frente ampla, que representa o Governo Lula/PT”*¹. De um lado, *“Lula defende um capitalismo social-liberal, um neoliberalismo com maior presença do Estado para investir ou induzir o*

crescimento econômico capitalista – utilizando mais gastos públicos para financiar grandes empresas e obras – ao mesmo tempo que propõe dar crédito para os mais pobres estudarem ou garantir os programas sociais que amparem a pobreza, como o Bolsa Família”, assinala-se. De outro, a ultradireita defende *“um capitalismo ultraliberal, em que o Estado gaste ainda menos e se possível não gaste*

nada com serviços públicos, que os ricos paguem menos impostos e que as forças armadas sejam ainda mais armadas e reprimam ainda mais os pobres e, especialmente, as greves e lutas da classe trabalhadora”. Como essa polarização seria entre frações da burguesia, o PSTU defende a construção de uma “oposição de esquerda” pautada na “independência de classe” e na luta por uma “alternativa socialista”.

O adversário do PSTU pela conquista de votos “progressistas” e “socialistas” é a frente ampla burguesa. Por isso, foca muitas notas, colunas de opinião e editoriais em mostrar que essa não é uma opção para derrotar “a sério” à ultradireita. A *“escolha de Marta Suplicy como vice na chapa ... mostra o tipo de frente que Boulos está disposto a construir”*², afirmam. E denunciam que Boulos convo-

1. Joana Salay, 22/008/2024, *“Boulos candidato troca a luta do ativismo pelas propostas do sistema”*

2. Idem nota anterior.



//

...

É hipocrisia afirmar que *“A extrema-direita não será derrotada com conciliação de classes”, para depois chamar a votar por quem a aplica para impor violentos retrocessos e duras derrotas para os trabalhadores* (Haddad, em 2018; Lula/Alckmin, em 2022).

cou para uma possível gestão de governo antigos filiados do PSL da “bancada da bala” ou um ex-comandante da ROTA, que mantém silêncio perante o genocídio palestino, que não defende os “valores democráticos” (direito ao aborto legal e gratuito, direito à moradia, etc.) e sequer se pronuncia contra as privatizações. O objetivo é o de opor o programa “burguês” de Boulos ao programa “socialista” do PSTU, e assim atrair votos dos desiludidos com o governo. É com esse conteúdo que é apresentada a candidatura de Altino: um trabalhador metropolitano perseguido e “parte ativa da luta contra privatização da Sabesp e de várias outras”. E a sua vice como uma mulher negra en-

gajada na luta pela moradia. Eles representariam, portanto, “uma alternativa à miséria capitalista, que enriquece cada vez mais os bilionários capitalistas e deixa a população pobre trabalhadora em condições de vida cada vez mais precárias”.

Votar no PSTU, afirma-se, é o único “voto útil” em condições da disputa inter-burguesa entre dois “blocos” da classe dominante. Entretanto, se há algo de que o centrismo carece é de coerência. O autor do texto afirma que *“Assim, todas as candidaturas que se dispõem a administrar o capitalismo abrem mão da construção de um programa de transformação estrutural da sociedade e acabam por contribuir com a desorganização do povo trabalhador e com a desmoralização de ativistas, ajudando a extrema-direita”*³. O PSTU afirma ser possível *“ter uma cidade a serviço dos trabalhadores”* e derrotar *“os bilionários capitalistas e não governar em aliança com eles”*, votando neles para administrar o estado burguês. Promete que *“seria possível termos cidades com tarifa zero nos transportes; moradias populares para todos e todas que necessitam, tirando as pessoas da situação de rua e lhes oferecendo emprego digno e salário*

*justo. Cidades onde houvesse acesso a emprego, Educação e lazer para a juventude e garantia de Saúde pública e de qualidade”*⁴ votando em seus candidatos para assumir o governo da prefeitura. Isso é totalmente impossível dentro da democracia burguesa que se decompõe e serve de veículo à burguesia para retirar direitos, destruir empregos, aumentar a repressão e terrorismo de estado sobre as massas etc. Note-se ainda que o “único voto útil” que vale no primeiro turno não se aplica no segundo, mas sempre representarão “vitórias dos trabalhadores”. Isso, segundo suas próprias palavras, é *“contribuir com a desorganização do povo trabalhador e com a desmoralização de ativistas”*.

O PSTU passa longe do marxismo, caracterizando o governo de Lula como “social-liberal”. A frente ampla burguesa é uma manifestação da virada direitista da política burguesa, que acontece por todo o mundo, ainda que apoiada sobre a conciliação de classe em um ou outro lugar. Essa é particularidade do governo Lula/Alckmin, que nada tem a ver com um suposto “social-liberalismo”. Não existe neoliberalismo *“com maior presença do estado”* na economia, ou que se proponha a *“garantir programas sociais”* contra a pobreza. Isso é uma invenção. A burguesia está em uma fase de aberta direitização e fascistização, marcada por violentas contrarreformas e ataques à vida das massas. O PSTU faz a caracterização sociológica do governo Lula para introduzir de contrabando uma justificação para votar por Boulos contra

Nunes/Marçal no segundo turno. É hipocrisia afirmar que *“A extrema-direita não será derrotada com conciliação de classes”*⁵, para depois chamar a votar por quem a aplica para impor violentos retrocessos e duras derrotas para os trabalhadores (Haddad, em 2018; Lula/Alckmin, em 2022).

Quanto ao “método de governo” do PSTU⁶, sua proposta é levar o *“Povo trabalhador ao poder”*, organizando as massas em “conselhos”, “comitês” ou “assembleias populares”, para exercer seu controle e deliberação sobre todos os assuntos da gestão e governo municipal. Ou seja, que *“A Câmara [de vereadores] deve se submeter aos Comitês Populares”*, como definiam anos atrás. Quanto às subprefeituras, *“serão um canal de administração, manutenção e zeladoria das regiões com mandatos eleitos nos bairros”*. Para evitar a corrupção e carreirismo, defende-se *“que todos os políticos devem ter mandatos revogáveis e que nenhum político pode ter salário maior que o de uma professora”*.

O morenismo pretende “combinar” organizações da luta dos trabalhadores pelo poder com as instituições da ditadura de classe dos capitalistas. Kautsky defendia uma concepção semelhante na Alemanha, visando a integrar os soviets à democracia burguesa, o que Lênin criticou como uma traição ao marxismo e à luta revolucionária do proletariado por constituir seu Estado. O PSTU copia o revisionista alemão, quando promete instituir a “dualidade de poderes” sem ação revolucionária das massas, e por meio de decretos e

4. Julio Anselmo, 9/08/2024, “Para derrotar os bilionários capitalistas nas cidades e no Brasil...”

3. Idem nota anterior.

5. Julio Anselmo, 9/08/2024, “Para derrotar os bilionários capitalistas nas cidades e no Brasil, fortalecer uma alternativa revolucionária e socialista”

6. Cartilha do PSTU.

leis de um governo eleito pela via democrático-burguesa.

As eleições podem manifestar o avanço ou retrocesso do proletariado: dependendo da radicalização de suas lutas e efetivação da independência de classe, que se expressa em sua estratégia e programa próprios, podem chegar, inclusive, a boicotar as eleições, e abrir caminho à luta revolucionária; ou ainda, se se subordinam à ideologia e métodos de seu inimigo de classe e são arrastados pelas promessas eleitorais, permitem que se conserve sua ditadura de classe. Se avançam em um ou outro sentido é também consequência de como as direções e

partidos que se reclamam do marxismo agem e atuam na luta de classes. As direções sindicais da CSP-Conlutas têm aprovado e imposto aos trabalhadores medidas que favorecem os “bilionários” (como na GM de São José dos Campos). Nos sindicatos que dirigem os reformistas e governistas, há vezes em que estão ao lado da direção burocrática para abortar greves e desviar a luta de classes (na Apeoesp). Por sua vez, Altino esteve integrado à frente burocrática dos metroviários, ferroviários e da Sabesp, que abortou a continuidade da greve em 2023, em nome da “unidade sindical” burocrática, e que levou ao avanço pri-

vatista de Tarcísio. Por isso, votar no PSTU, que renegou o mais elementar dos princípios de defesa incondicional das condições de vida das massas (o emprego de 40 mil professores da categoria O na Apeoesp, por exemplo), é um desserviço para as massas e sua vanguarda. Aplica-se aos morenistas o que eles mesmo afirmam no editorial “*Entre o discurso e a prática*” (11/07): entre discurso e a prática do PSTU há um precipício, e por isso é que suas palavras “*o vento as leva*”.

Na conjuntura eleitoral, os revolucionários defendem a estratégia e programa proletário, apenas modificando as táticas e os métodos que

ajudam nesse momento os explorados a se elevarem à estratégia revolucionária, partindo de sua experiência prática na luta de classes. É por isso que o PPRI denuncia as falsificações dos morenistas e demais esquerdas democratizantes, e convoca os explorados a não caírem nos cantos de sereia que os afastam da conquista de sua independência de classe e da destruição do capitalismo. Fazemos essa defesa por meio do Voto Nulo, que expressa a defesa da revolução e ditadura proletárias e da construção do partido revolucionário sob os princípios e métodos do marxismo-leninismo-trotskismo.

Como Arcary procura transformar a **CAPITULAÇÃO À BURGUESIA** em uma “**estratégia eleitoral socialista**”

É vergonhosa a posição eleitoral da Resistência/PSOL, ainda que tente ser vestida da roupagem retórica socialista por Valério Arcary, que na sua coluna do dia 21 de agosto (“Eleições em São Paulo”) explica por que votar em Boulos, em cinco pontos, nos que se resume a di-reitização dos centristas.

Segundo se explica, a principal mudança da conjuntura eleitoral é a ascensão de Pablo Marçal, que divide o bolsonarismo e ameaça retirar Nunes do segundo turno. Porém, isso não alteraria o choque entre “*As duas correntes políticas nacionais mais poderosas*”: o lulismo (leia-se, “campo progressista”) e o bolsonarismo (leia-se, “campo reacionário”). São essas duas forças que definirão o pleito e condicionam a estratégia eleitoral e a campanha da esquerda. Destaca ainda que, nestas eleições, é muito difícil ganhar nos “debates técnicos”, ou apresentando as melhores “soluções de gestão”, porque a gestão de Nunes não foi tão catastrófica, “*ao contrário de Bolsonaro durante a pandemia*”. Mas, fundamentalmente porque “*as camadas médias estão divididas*”, e cuja opção eleitoral é “*condição sine qua non para a vitória de Boulos*”. Por isso é que a “*disputa política e ideológica*” é o fundamental a

ser feito na campanha. Eis: “*acusar ... que Marçal é um golpista e Nunes é um bolsonarista dissimulado*”.

O primeiro passo é “*a unidade da esquerda na maior cidade do país*”. Mas, é o “convencimento” das “camadas médias” o que definirá a eleição, uma vez que Lula “garantiria” com seu apoio a votação das “camadas populares”. Realizada a somatória mental desses votos, tem ainda o empecilho de que “*não há nenhuma dissidência burguesa apoiando Boulos, ao contrário de Lula em 2022, que tinha Alckmin e uma fração da classe dominante, minoritária, mas influente, ao seu lado desde o primeiro turno, e não é provável que haja deslocamento em um segundo turno*”. Boulos está associado às lutas por moradia, o que tem espantado votos em eleições anteriores. A mudança de sua imagem nesta eleição, somada aos passos assinalados acima, poderia garantir sua vitória. Por isso, seria necessária a “*lucidez estratégica de que a derrota do bolsonarismo em São Paulo será vital para as eleições presidenciais de 2026*”. O que exigiria “*um engajamento militante do ativismo*”, sem o qual “*não será possível vencer*”.

Boulos vem apresentando “propostas técnicas” e “soluções de gestão” que preservam os interesses dos capitalis-

tas, e oferecendo para isso um maior controle de sindicatos e movimentos – que Nunes ou Marçal não podem oferecer. Foi essa mesma vantagem que oferecia Lula, e que a burguesia avaliou como condição decisiva para apoiá-lo em sua candidatura. Os trabalhadores, que sofrem de destruição de direitos, de corte de salários e contrarreformas sob o governo Lula, sentem na pele que a conciliação de classes só traz retrocessos e desgraças. E trabalhar pela vitória de Boulos é fortalecer a política de traições das direções sindicais e populares, que se negam a mobilizar as massas e radicalizar suas lutas pela defesa das condições de vida. Ou seja, é preparar mais derrotas para os trabalhadores.

A direção da Apeoesp e a maioria da oposição classista que votarão em Boulos foram contra qualquer medida de resistência em defesa dos 40 mil professores categoria O demitidos, muito menos a greve. A direção dos trabalhadores da Sabesp, dos ferroviários e metroviários, que chamam a votar em Boulos, se negaram a organizar a luta de massas para derrotar as privatizações, e assim acabaram favorecendo o avanço do direitista Tarcísio, que já leiloou a Sabesp e as linhas da 7 e Intercidades da CPTM, sem enfrentar resistência. A direção do Sinpeem e

grande parte da oposição que chamam a votar em Boulos abortaram a greve do funcionalismo, e o governo Nunes teve mãos livres para atacar o direito de greve, avançar nas terceirizações e nas escolas cívico-militares. Correntes e partidos que dirigem o movimento contra o genocídio palestino rejeitam convocar atos de ruas massivos e radicalizados, para não interferir nas campanhas eleitorais, e não criar condições para seus candidatos serem criticados ou repudiados por setores da direita que poderiam votar em Boulos.

Se Boulos for eleito, as direções e partidos governistas estarão pela contenção e desmonte das greves e lutas, em nome da “governabilidade” e das ameaças da ultradireita, como já fazem até o cansaço com o governo de Lula/Alckmin. No ato da Frente Palestina São Paulo (FPSP) de 18 de agosto, um membro do PT disse que é melhor ter um “aliado” na prefeitura do que continue um direitista no governo. Arcary soma-se a esse apelo, apesar de que isso signifique calar a boca perante o fato de que Boulos incorporará em seu gabinete – se eleito – empresários, aliados de Nunes até a véspera, ex PMS repressores, e até sionistas que defendem (direta ou indiretamente) o genocídio palestino.

O chamado de Arcary a ter “coragem” e “lucidez estratégica” se reduzem a não fazer nada que possa “espantar” eleitoralmente as camadas médias que não compactuam completamente com o bolsonarismo. Para superar a falta de apoio de “uma fração da classe dominante” a Boulos, não oferece qualquer orientação. Melhor se calar sobre isso, e preservar as últimas tinturas socialistas que lhe restam.

Dois anos antes das eleições que enfrentaram Bolsonaro e Haddad, acontecia a ruptura no PSTU (2016), e a fração que saía formava o MAIS, hoje *Resistência*. A ruptura foi anunciada como produto da divergência perante o golpe institucional contra Dilma Rousseff. Mas, as eleições de 2018 mostrariam o real conteúdo da ruptura à direita do MAIS/Resistência: abandono da tática eleitoral da frente de esquerda socialista, para adotar a tática da frente de esquerda reformista do PSOL, que nada mais é que uma via direta à submissão de setores da esquerda ao PT e à direita aliada a esse.

A política oportunista de Arcary espelha as vacilações de classe da pequena burguesia: oscila à esquerda sob impulso



do avanço do proletariado na luta de classes, ou ainda se direitiza sob a pressão da burguesia. Nas condições em que a crise de direção revolucionária se aprofunda e arrasta correntes para o revisionismo, e o proletariado não avança na luta pelas suas reivindicações e com seus métodos próprios, a virada burguesa dos revisionistas (CST, MES, Resistência, MRT, PSTU etc.) vai se assentando cada vez mais, destruindo passo a passo qualquer herança trotskista e classista, que defendem somente em palavras. Nos sindicatos que dirigem, as direções centristas negociam no campo ditado pelos capitalistas, rejeitando defender as reivindicações dos explorados. E desse modo rifam a independência de classe e subordinam a luta de classes à democracia e instituições burguesas, por meio das quais os capitalistas impõem as privatizações e ajustes, o parasitismo financeiro e as contrarreformas malditas.

Arcary não traz nada novo, apenas reveste de um tom intelectual o que é praxe da política burguesa. Copia a tática e a política do PT nas eleições de 2018 e 2022, e a apresenta como elucubração brilhante de seu próprio cérebro, envernizando com tinturas “socialistas”, o que é feito pelo reformismo há décadas. O único “novo” é que afunda de vez nas traições, capitulação e conciliação de classe dos governistas, arrastando um setor iludido da vanguarda a ser cúmplice da política reacionária da burguesia.

Os revisionistas da Resistência, como todas as correntes centristas do Psol, abandonaram a tática da “Frente de Esquerda” que as uniu no passado junto ao PSTU, para defender sua independência organizativa perante os governos burgueses com a chamada “oposição de esquerda”. Defendem agora como “estratégia socialista” a subordinação (política, organizativa e

“**Defendem agora como “estratégia socialista” a subordinação (política, organizativa e eleitoral) à frente ampla burguesa que constituiu um governo pró-imperialista e de ataques contra as condições de vida das massas.**

eleitoral) à frente ampla burguesa que constituiu um governo pró-imperialista e de ataques contra as condições de vida das massas.

A conquista da independência de classe exige construir a “oposição revolucionária” para combater o governo e as burocracias sindicais (de direita e de esquerda), e defender a estratégia proletária no momento em que os centristas arrastam amplos setores da vanguarda a servirem de peões para os interesses da burguesia e de seus agentes da frente ampla burguesa. Exige chamar as massas a darem as costas ao parlamentarismo e democracia burguesa, e a ecorrerem à ação direta e coletiva para impor suas reivindicações. Na conjuntura eleitoral, opor a tática da unificação da vanguarda e das massas ao redor do programa e dos métodos que expressam sua luta revolucionária pela tomada do poder, contra o cretinismo eleitoral e a unidade democratizante que serve à burguesia para manter sua ditadura de classe.

Chamamos a Votar Nulo em defesa da estratégia revolucionária e da construção do partido-programa que a encarna: o Partido Proletário Revolucionário Internacionalista/PPRI. ●



CRIADO O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARAGUATATUBA – EM DEFESA DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E DA DEMOCRACIA SINDICAL!

Os servidores públicos municipais de Caraguatatuba decidiram, em Plenária organizada no dia 17/07, pela criação do “Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos Municipais de Caraguatatuba”, pela aprovação da direção provisória, do estatuto e da filiação à Central Sindical CSP-Conlutas.

Trata-se de um avanço, já que os servidores de Caraguatatuba não contavam na prática com um sindicato que defendesse a categoria diante da prefeitura. O Sindserv, criado em 1993, há décadas transformou-se em sindicato fantasma, de carimbo: não realiza campanha salarial, plenárias, assembleias, eleições, além de possuir um Estatuto extremamente burocrático (por exemplo, exige cinco anos de filiação para ser elegível, mandato de oito anos, etc.) e está imerso em dívidas (que ficam por conta dos filiados), fruto do aparelhismo e pilhagem realizada pela direção burocrática que se encontra há décadas no comando, com mandato renovado automaticamente, sempre com o apoio do Prefeito de plantão. A criação do sindicato foi impulsionada por um setor da vanguarda do funcionalismo da cidade, após anos de exigências à direção do sindicato, para chamar assembleias e organizar as lutas, e finalmente se decidiu por formar um novo sindicato que representasse seus interesses e necessidades, a partir da experiência que mostrou a inexistência prática do antigo.

A direção burocrática do Sindserv, que não tinha feito nada em décadas,

que não move uma palha em defesa dos servidores, sentiu-se ameaçada em seus interesses (ter um selo formal que lhe permita fazer suas tramóias sem qualquer atividade sindical real) ingressou com uma ação judicial na Justiça do Trabalho, tentando impedir a realização da Plenária. O Juiz negou a liminar. É preciso que a vanguarda, que deu o passo para criar um sindicato voltado a organizar a categoria, faça uma campanha junto a ela e, com apoio dos movimentos, defenda a organização recém-criada e amplie sua base, convocando o funcionalismo a se filiar e construir ativamente a nova organização. Assim, será possível garantir a independência em relação ao Estado burguês, governo, poder judiciário, etc. Neste sentido, quem deve decidir qual é o sindicato que representa os trabalhadores são os próprios trabalhadores!

A *Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora* (CSM-GL) participou do movimento, defendendo o direito e decisão dessa vanguarda do funcionalismo de criar um novo Sindicato, mas defendeu na Plenária que a eleição da direção, aprovação do estatuto e decisão de filiação à Central sindical deveria se dar em um segundo momento, após debates e campanhas com o objetivo de politizar o processo e o realizar sob a base da experiência das mobilizações e da prova de sua direção no terreno da luta de classes. Defendeu que as eleições deviam ser o resultado de um processo de debates programáticos, de apresentação de chapas ao redor de programas e propostas, de convocató-

//
...

A Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora (CSM-GL) participou do movimento, **defendendo o direito e decisão dessa vanguarda do funcionalismo de criar um novo Sindicato, mas defendeu na Plenária que a eleição da direção, aprovação do estatuto e decisão de filiação à Central sindical deveria se dar em um segundo momento**, após debates e campanhas com o objetivo de politizar o processo e o realizar sob a base da experiência das mobilizações e da prova de sua direção no terreno da luta de classes.

rias para eleições organizadas por uma comissão específica para isso, etc., de forma a que a eleição da direção fosse o resultado de um processo e da comprovação pela base da categoria. Defendemos também que a filiação a uma das centrais sindicais não podia ser burocrática ou formal, e que exigia o debate e crítica das existentes, e uma experiência prática do novo sindicato com essas. Assim como a criação de um sindicato é produto da experiência prática na luta dos trabalhadores com os sindicatos já existentes, a filiação a uma central sindical deve ser também

o resultado de sua avaliação e prática concretas a partir das posições, funcionamento, prática, etc, que cada central defende e aplica. No entanto, a maioria da Plenária entendeu que as decisões deveriam ser tomadas já no dia 17/08, seguindo a posição de ativistas ligados à CSP - Conlutas.


No ponto dos Estatutos, foi garantida a representação dos terceirizados (setor profundamente precarizado do serviço público), o que entendemos ser uma medida progressiva, porque dá

um passo na defesa unitária de efetivos e contratados, rompe a divisão praticada pelas burocracias sindicais, e ajuda a fortalecer o sindicato na luta contra a patronal.

Uma vez criado o sindicato, a tarefa imediata é estabelecer o funcionamento da direção provisória com reuniões periódicas, que garanta a democracia sindical com as discussões internas, decisões de posição com votação de maioria e minoria, realização de assembleias regulares, etc. É neces-

sário ainda debater e organizar uma imediata campanha de filiação na base, com a explicação ao funcionalismo do porquê da criação do novo sindicato, quais seus objetivos e programa, etc. Esses passos iniciais permitirão começar a construir a independência dos governos burgueses, porque só com a independência política é possível defender de fato as necessidades imediatas dos trabalhadores, e os métodos e táticas correspondentes para a efetivação das reivindicações. ●

Direção dos Correios, governo e dirigentes sindicais governistas derrotam a greve dos trabalhadores dos Correios



A greve dos trabalhadores dos Correios, iniciada no dia 07 de agosto, foi encerrada no dia 22.

A pauta de reivindicações era fundamentalmente 5% de reajuste ainda este ano, e a diminuição na participação dos trabalhadores no plano de saúde (de 30% para 15%). Nenhuma delas foi conquistada. A proposta aceita pelo movimento, elaborada pela “mediação” da presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), prevê apenas uma apresentação de um *relatório final* sobre o plano de saúde em 60 dias, previsão de concur-

so público para preenchimento de quadros vagos, e previsão de reposição dos dias parados, ou seja, expressa a intransigência do governo em aceitar as reivindicações elementares dos grevistas.

A greve não se projetou nacionalmente, pois contou com a adesão apenas dos sindicatos filiados à Findect (CTB). O boicote realizado pelas direções dos sindicatos filiados à Fentect (CUT) dividiu a categoria nacionalmente, enfraquecendo enormemente o movimento grevista e, portanto, limitando as suas conquistas.


Os dirigentes cutistas, mesmo depois de mais de 14 rodadas de negociação e da evidente intransigência da direção da empresa e do governo em aceitar a pauta de reivindicações do movimento, continuavam a defender que era necessário “negociar” com o governo. Uma traição aberta aos trabalhadores dos Correios!

Houve disposição de luta dos ecetistas, tanto que conseguiram superar a burocracia da CTB, que também está afundada até o pescoço no governo. No entanto, o movimento não conseguiu superar a intransigência

da direção da empresa e governo federal, que tem como prioridade o arcabouço fiscal, e a burocracia governista da CUT.

É preciso criar uma fração classista no movimento sindical dos ecetistas, que expresse a independência de classe e em relação ao governo burguês de Lula. Sem independência política do patrão, não é possível defender as reivindicações imediatas e, por meio da democracia operária, efetivar os métodos e táticas necessários para a efetivação e conquista das bandeiras imediatas. ●

GREVE NACIONAL DO INSS - MANTER AS UNIDADES FECHADAS E AVANÇAR NOS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA!



Os trabalhadores do INSS iniciaram uma forte greve nacional por tempo indeterminado, no dia 16 de julho, fechando a maioria das agências pelo país. O movimento exige fundamentalmente reajuste salarial e a reestruturação da carreira, conforme acordo com o governo feito na greve de 2022 (quando Bolsonaro era presidente).

O Governo Lula (PT) se mostra intransigente na aceitação das pautas, propôs ainda o “congelamento da Gratificação de Atividade Executiva (GAE)”, e

rebaixou a carreira, ao aumentar a evolução funcional de 17 para 20 padrões e 4 classes. Mais ainda: ingressou na justiça burguesa e, com base na lei antigreve, conseguiu uma decisão judicial para que o mínimo de 85% dos trabalhadores garanta os serviços básicos, e está aplicando o corte de pontos aos grevistas.

Há seis anos que não há reposição de funcionários, e muitos estão se aposentando. O congelamento das gratificações e a mudança na carreira são aspectos da reforma administrativa, que rebaixam a evolução funcional e abrem

caminho ao rebaixamento salarial e terceirização via contratos temporários para cobrir a falta de funcionários, a exemplo do que acontece na educação.

Para a greve ser vitoriosa, ela deve manter as unidades fechadas, não se subordinar à intervenção autoritária da justiça burguesa, manter a greve por tempo indeterminado, e radicalizar os métodos de ação direta, com manifestações de ruas em unidade com os outros setores em greve!



ppri4.org



ppri.partido

**CORRENTE SINDICAL
MARXISTA****Guillermo Lora****APEOESP /**
Boletim nº 37 - 26/08/2024
PPRI Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Direção da Apeoesp desmarca reunião do conselho estadual em um momento de ataques sistemáticos aos professores

É urgente a necessidade de uma assembleia para decidir os rumos da luta.

É cada vez mais profundo o processo de burocratização que a direção da Apeoesp impõe ao sindicato. Destruindo cada vez mais a democracia sindical, destroem-se também suas instâncias deliberativas. É o que acontece com a recente suspensão do CER agendada para o último 24 de agosto.

//

...

A completa ausência de lutas faz com que o governo imponha ilusões numa parcela desses professores, em relação à famigerada recondução. Atualmente, não existe qualquer transparência nas atribuições de aulas.

Isso ocorre em um momento quando o governo ataca diuturnamente a categoria, onde uma parcela significativa dos professores contratados não conseguiu atribuir aulas, e se encontra ou desemprega-

da, ou subempregada como eventuais. Outra parcela conseguiu poucas aulas em mais de uma escola. Amarga uma perda salarial de mais de 34% diante da inflação, que continua a encarecer o custo de vida. A plataformização, que retirou completamente a autonomia da categoria em relação ao seu trabalho, e impõe um rígido controle e vigilância sobre os professores, que também passaram a ter suas aulas vigiadas pelas direções em sala. Toda a opressão que a avaliação 360 impôs sobre os professores das escolas em tempo integral, tentando retirar completamente qualquer liberdade de crítica dos professores em relação a uma política de sucateamento e destruição das escolas. Temos ainda a falta de estrutura das escolas, que durante o verão sofrem com a onda de calor, e não têm a climatização, possuem ainda outros problemas, na maioria das escolas não existe a estrutura mínima para se ensinar e aprender. Os professores estão sob intensa pressão para atingirem as metas impostas por Feder, muitos trabalham doentes, inclusive nas escolas PEIs, uma vez que, as faltas, mesmo

sendo médicas, reduzem a pontuação para a atribuição do ano seguinte.

A completa ausência de lutas faz com que o governo imponha ilusões numa parcela desses professores, em relação à famigerada recondução. Atualmente, não existe qualquer transparência nas atribuições de aulas. O governo controla, por meio dos supervisores e diretores, toda a atribuição – seja nas escolas PEIs ou regulares. Os professores contratados são humilhados de inúmeras formas pela política do governo.

No último domingo, 25 de agosto, os professores foram submetidos a mais uma dessas humilhações, quando a VUNESP, contratada pelo governo para aplicar mais um de seus processos seletivos excludentes, fechou os portões às 7h45min, deixando centenas de professores de fora, e impedindo-os de fazerem as provas.

Como podemos ver, não faltam motivos para que o sindicato saia do imobilismo e passe a organizar os professores de maneira séria, para enfrentar o governo e seus ataques. É completamente burocrática sua atitude de desmarcar a reunião

de representantes, que estava prevista, num primeiro momento, para o dia 23 de agosto; e depois foi jogada para o sábado, dia 24, e por último, sem prestar qualquer esclarecimento à categoria, foi desmarcada, a diretoria apenas informou que fará uma reunião da direção estadual, para ver quando fará nova reunião do Conselho. Denunciamos essa manobra, pois ela deixa os professores desarmados e desorganizados perante o governo que nos ataca.

É urgente a necessidade de uma assembleia estadual, para que os professores possam decidir sobre os rumos da luta. Que a direção eleitoreira largue seus compromissos com as eleições burguesas, e cumpra seu papel, que é o de organizar os professores por meio dos métodos da ação direta (greves, ocupações, piquetes, etc.) para que possamos levantar-nos contra Tarcísio/Feder.

**ABAIXO O
BUROCRATISMO
QUE DESTROI
A DEMOCRACIA
SINDICAL!**

**ASSEMBLEIA
ESTADUAL JÁ!**



Reproduzimos abaixo o boletim da Frente de Luta contra as Grades no Crusp, que tem se organizado para dar respostas políticas de luta contra esse ataque da burocracia universitária

Abaixo a instalação de grades e catracas nas portarias dos blocos de moradia do Crusp!

Defender os 300 moradores “irregulares” dessa ameaça de despejo!

A Reitoria da USP, por meio da Prip (Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento), tentou instalar grades e catraca da entrada do bloco F, mas a empresa contratada foi barrada naquele momento pela mobilização dos moradores. A instalação de grades e catracas é apresentada pela Reitoria como medida de “segurança” (já sabemos que “segurança” para a Reitoria e governo é igual a “repressão sobre os estudantes”). Mas o fato é que essa medida resultará no despejo de 300 moradores “irregulares”, estudantes da USP, e que dependem desse alojamento para permanecerem na universidade, e assim exercerem seu direito ao ensino público e gratuito. Não é à toa que a medida é acompanhada pela limitação de visitas a moradores, passando a apenas 30... POR ANO!!!! A Reitoria quer transformar a moradia em presídio... para depois virar HOTEL, porque seu objetivo é aplicar a proposta da Consultoria McKinsey, de cobrar aluguéis pelas moradias. A não devolução dos blocos K e L, prometidos há 15 anos, e o fechamento do bloco D para “reforma” (que não avança há 3 anos), são parte dessa estratégia.

PRIP NÃO NEGOCIA NADA

Dois pequenos atos foram realizados em frente ao Bloco K, visando à abertura de negociações com a Prip. No primeiro, 27/08, os representantes da Amorcrusp nem mesmo foram recebidos pela superintendência. No segundo, 29/08, a Prip “informou” que existe agora uma disputa judicial entre a USP e a empresa contratada para erguer as grades, pois ela alega que foi “impedida” de realizar a obra, e pretende o pagamento sem a entrega do serviço. Da parte da Prip, nada foi concedido ou comprometido. Nem mesmo um plebiscito, proposto por uma plenária de moradores, para averiguar a vontade dos estudantes quanto às grades, foi aceito. A Prip se mostrou totalmente

intransigente.

ASSEMBLEIA DE MORADORES TERMINA SEM APROVAR MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À INSTALAÇÃO DAS GRADES

A assembleia de moradores (29/08) teve uma participação pequena, apesar de ter um problema tão importante em sua pauta. A avaliação da direção da Amorcrusp (Correnteza/UP) e de seus aliados (OCI e Rebelião/PSTU) foi a de que, com a disputa judicial, ganhou-se tempo para fazer o plebiscito, consideraram uma “vitória parcial”, apesar de não existir nenhum compromisso ou concessão da Prip/Reitoria. A Frente de Luta contra as Grades propôs as seguintes medidas, todas elas rejeitadas pela direção da Amorcrusp:

- *Que a direção cobre publicamente o DCE por uma assembleia geral de estudantes por meio de nota escrita por uma comissão formada em assembleia a ser publicada até 01/09.*
- *Que a próxima assembleia da Amorcrusp seja convocada para 11/09, quando os moradores já terão retornado do feriado da semana da pátria.*
- *Que a comissão eleita publique e envie aos CAs uma carta pedindo que façam campanha em defesa dos 300 irregulares e que levem essa defesa à congregação das respectivas unidades.*
- *Que a comissão convide Adusp e SINTUSP para se posicionarem, no CO (Conselho Universitário) e fora dele, contra as grades e em defesa dos irregulares.*
- *Que o ato-vigília seja mantido durante a semana da pátria.*

A direção da Amorcrusp deformou a assembleia geral de moradores, ao não a convocar com antecedência, fazer dela um encontro dos militantes que apoiam a gestão, e principalmente não permitir que a assembleia cumprisse

“

A instalação de grades e catracas é apresentada pela Reitoria como medida de “segurança” (já sabemos que “segurança” para a Reitoria e governo é igual a “repressão sobre os estudantes”). Mas o fato é que essa medida resultará no despejo de 300 moradores “irregulares”, estudantes da USP, e que dependem desse alojamento para permanecerem na universidade, e assim exercerem seu direito ao ensino público e gratuito.

seu papel de organizadora da mobilização. Sua atitude de se contrapor a toda e qualquer proposta de ação prática revelou sua política imobilista em relação ao grave problema da ameaça de grades e catracas nos blocos do Crusp. A atual direção tem negligenciado essa pauta desde maio, focam na campanha eleitoral de seus candidatos e confiam na conciliação com a Prip/Reitoria.

A POSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE GRADES AINDA É IMINENTE!!!

Ao contrário do que avalia a direção da Amorcrusp, que confia no trâmite judicial moroso, a Reitoria tem influência considerável sobre os órgãos de Justiça, e pode obter, a qualquer momento, uma liminar que leve à retomada imediata da instalação das grades e catracas. O caminho de confiar nas decisões judiciais tomadas sem pressão do movimento de massa é de derrota da mobilização.



//

...

Sem a pressão da mobilização, a Reitoria e a Prip têm mãos livres para agir, impondo medidas reacionárias, inclusive por meio de perseguição política. Sabemos de estudante que não teve sua bolsa renovada pela Prip apenas por sua posição de combater a instalação das grades e catracas. ***A perseguição política a qualquer estudante deve ser rechaçada por todos os que estudam e trabalham na USP.***

O meio para defender as 300 moradias de “irregulares”, para manter as demais 1.300 moradias regulares, para defender a moradia gratuita e adequada às necessidades dos estudantes, é o da MOBILIZAÇÃO, dos métodos da ação direta (protestos e bloqueios de rua, ocupações, greves, etc.). E esses métodos dependem da unidade da maioria estudantil contra a burocracia universitária e o governo.

A LUTA É DO CONJUNTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A moradia é parte integrante da permanência estudantil, como o são a alimentação dos bandejões, circulares gratuitos, atendimento médico compatível no HU, bolsas de estudo suficientes para garantir a vida escolar, etc. Nas últimas décadas, as sucessivas reitorias agiram para aplicar o privatismo na USP, por meio da precarização, terceirização, sucateamento e elitização da USP. Planos de cortes de verbas, demissões em

massa de professores e funcionários sem reposição, reformas curriculares de enxugamento dos cursos, sucateamento do HU, privatização e piora dos serviços de circulares, bandejões, segurança patrimonial, etc. foram impostos. Houve grandes mobilizações, mas algumas delas foram nitidamente sabotadas pelas direções, que conciliaram com a reitoria e os governos, com a conciliação dentro do campo dos ataques ao ensino público e gratuito.

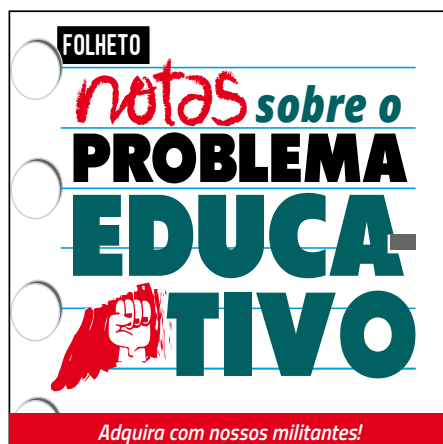
Sem a pressão da mobilização, a Reitoria e a Prip têm mãos livres para agir, impondo medidas reacionárias, inclusive por meio de perseguição política. Sabemos de estudante que não teve sua bolsa renovada pela Prip apenas por sua posição de combater a instalação das grades e catracas. A perseguição política a qualquer estudante deve ser rechaçada por todos os que estudam e trabalham na USP.

A defesa da moradia tem de ser assumida pelo conjunto do movimento estudantil, pois é parte da luta em defesa da permanência, do ensino público e gratuito, e contra o privatismo. É uma obrigação do DCE e dos CAs convocarem imediatamente as assembleias em seus cursos e a ASSEMBLEIA GERAL DE ESTUDANTES DA USP, para discutir medidas, aprová-las e colocá-las em prática. Para defender estudantes da expulsão de suas moradias e, com isso, da própria USP. Por meio das assembleias, poderemos organizar a mobilização para derrotar a reitoria e seus planos de liquidação da moradia estudantil.

A DEFESA DOS MORADORES SE JUNTA ÀS REIVINDICAÇÕES GERAIS DOS ESTUDANTES

Neste momento, nossa tarefa mais imediata é garantir que não se instalem as grades e catracas nas entradas dos blocos de moradia. Mas essa luta deve se ligar à defesa da permanência estudantil mais geral, ao controle estudantil da moradia (claro, não apenas da entrada e saída de moradores), à defesa da USP pública e gratuita, com o fim de todo privatismo.

E tudo isso conquistaremos com a unidade na luta, com mobilização, com enfrentamento à reitoria, à sua burocracia universitária, e ao governo e à burguesia, que pretendem acabar com a USP pública e gratuita. ***Não nos vencerão, desde que estejamos unidos para enfrentá-los!*** ●



Israel massacra e mutila famílias inteiras, estupra e tortura prisioneiros, expulsa palestinos e rouba suas terras, enquanto governos e empresas no mundo todo continuam financiando e fazendo negócios com o estado genocida.

Os candidatos de esquerda se calam ou lançam palavras de forma inconsequente sobre o genocídio, mas não fazem nada para organizar as massas para estrangular o sionismo em nosso país

As massas exploradas e oprimidas precisam impor, com sua força coletiva e a luta de classes, que o governo *Lula rompa imediatamente todas as relações com Israel!*

Manifesto PPRI - 18 de agosto de 2024

Vão fazer 11 meses, desde que se elevou a terrível violência de décadas sobre os palestinos a um genocídio sem precedentes em Gaza e se transformou a Cisjordânia em campo de concentração a céu aberto. Mulheres e crianças são alvo de assassinatos premeditados. Escolas e campos de refugiados são bombardeados, esmagando centenas de palestinos toda semana. Comida e medicamentos são impedidos de entrar em Gaza, para levar milhares de palestinos à morte por fome ou doenças. A vida, em meio aos escombros e com mais de 80% da infraestrutura e serviços destruídos em Gaza, leva a que apareçam doenças já erradicadas pelo desenvolvimento da ciência médica. Continuam os pogroms contra palestinos e os encarceramentos em massa contra os que decidem resistir à expulsão de suas terras ancestrais. As prisões sionistas estão abarrotadas de prisioneiros, que vivem sob tortura, estupros e abusos, que levam à morte pela fome ou por doenças psicológicas e físicas provocadas. O genocídio adquiriu escala industrial, e seus métodos são impulsionados e incentivados por boa parte da população israelense e dos estados burgueses.

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) e a ONU acusaram Israel por genocídio e limpeza étnica. Exigem embargos e medidas práticas dos governos, para impor um cessar-fogo imediato. Essas palavras e resoluções se mostram nulas, diante da proteção e impunidade que a maioria dos governos burgueses

//

...

A burguesia mundial precisa do sionismo instalado como estado armado na região, como instrumento para impor seus interesses monopolistas e sua dominação de classe por todo Oriente Médio. **Assim como o nazismo no passado, o sionismo é um produto direto da decomposição do capitalismo, que precisa destruir forças produtivas e parcelas da força de trabalho, submetendo os países semicoloniais à mais brutal opressão, para sugar suas riquezas e lucros arrancados violentamente por meio da exploração das massas oprimidas.**

do mundo todo dão ao estado fascista e genocida de Israel. Por isso, não surpreende que militares que cometeram assassinatos, roubo, torturas e estupros participem como atletas nas olimpíadas, e não sejam presos ou expulsos. Por isso, não surpreende que alguns governos hipocritamente condenem os massacres, falem de cessar-fogo ou inclusive suspendam o envio de algumas

armas, enquanto continuam financiando e apoiando os genocidas que se orgulham de sê-lo.

A burguesia mundial precisa do sionismo instalado como estado armado na região, como instrumento para impor seus interesses monopolistas e sua dominação de classe por todo Oriente Médio. Assim como o nazismo no passado, o sionismo é um produto direto da decomposição do capitalismo, que precisa destruir forças produtivas e parcelas da força de trabalho, submetendo os países semicoloniais à mais brutal opressão, para sugar suas riquezas e lucros arrancados violentamente por meio da exploração das massas oprimidas. Os sionistas sabem que serão protegidos pelos governos imperialistas e podem dizer, abertamente, que os palestinos devem ser expulsos e exterminados; que matar crianças e mulheres é moralmente aceitável, para impedir o surgimento de “novos terroristas”; que é moral a tortura e estupro de presos; e ainda podem ser aplaudidos e recebidos com honras no Congresso dos EUA e nos países europeus. Isso explica, todavia, porque a esmagadora maioria dos governos burgueses continua a Israel mais bombas, dinheiro e suprimentos, que permitem estender o holocausto atual a todos os palestinos.

O Brasil exporta para Israel petróleo, que move os tanques e aviões que trucidam vidas palestinas. Nas universidades, continuam existindo os convênios com as instituições israelenses que desenvolvem tecnologia a serviço dos



massacres. O comércio militar do Brasil com Israel não foi cancelado. E os diplomatas e agentes sionistas de nosso país impõem ao governo e às instituições, perseguir, ameaçar e prender todos os que defendem o fim do genocídio. Nas últimas semanas, houve ações organizadas ou promovidas pelo sionismo, de expulsão de palestinos do país, ataques físicos e perseguições judiciais contra ativistas pró-Palestina, mostrando o quanto os sionistas e seus aliados sentem-se à vontade para intervir na vida e na política interna do país, sem qualquer reprovação ou freio da parte dos governos e das instituições.

Os candidatos às eleições da frente ampla burguesa de Lula/Alckmin se silenciam ou desviam a atenção da cumplicidade do governo quanto ao genocídio, porque buscam os votos da direita e o financiamento de setores do sionismo para suas campanhas eleitorais. Quando o governo toma medidas conjunturais, como a suspensão de contratos, ou algum dos candidatos governistas fala do genocídio, o fazem, ou sob pressão das massas que são favoráveis à ruptura com Israel, ou para chamá-las a votar em seus candidatos. Entretanto, se mantêm a compra de armas e tecnologia, os acordos acadêmicos e a compra e venda de produtos israelenses, e inclusive se pagam os juros e serviços da dívida externa, atacando os salários e direitos, para que os imperialistas possam sugar riquezas e voltar parte delas para sustentar Israel.

Os explorados e oprimidos não têm qualquer compromisso com esses interesses, nem a grande propriedade a ser defendida, são a força social capaz

de levar as denúncias contra o genocídio ao campo da luta e solidariedade internacionalista, ativa e concreta. Mas, encontram como obstáculo as direções sindicais e populares, atreladas à defesa do governo Lula/Alckmin, que mantêm a paralisia e se recusam a organizar greves, ocupações, bloqueios, manifestações e enfrentamentos de rua que pudessem impor ao governo, com a força coletiva das massas organizadas, a partir das fábricas e bairros, que rompa já com todos os acordos entre Brasil e Israel. Não é por acaso, portanto, que atos foram esvaziados e apenas “simbólicos”, que servem à denúncia e à solidariedade; mas não avançam no sentido de estrangular o sionismo e obrigar o governo a romper, imediata e incondicionalmente, com Israel.

Não se pode silenciar, nem perante a demagogia governista, nem perante o imobilismo cúmplice de direções sindicais, que acabam fazendo um apoio tácito à política do governo Lula, de manter vigentes acordos que sustentam o genocídio. É preciso ainda denunciar e combater o cretinismo parlamentar e eleitoral de partidos e correntes, que não organizam a luta unitária e radicalizada das massas para estrangular o sionismo, em nome do “objetivo principal” do momento de “derrotar eleitoralmente” a extrema direita. **Que os sindicatos dos petroleiros organizem a paralisação do envio de petróleo para Israel! Que a CUT, CTB, Força, CSP-Conlutas, etc. chamem a paralisar a produção de armas e munições, e de qualquer outro produto ou matéria-prima que sejam exportadas para Israel! Que as direções estudan-**

É preciso ainda denunciar e combater o cretinismo parlamentar e eleitoral de partidos e correntes, que não organizam a luta unitária e radicalizada das massas para estrangular o sionismo, em nome do “objetivo principal” do momento de “derrotar eleitoralmente” a extrema direita.

tis organizem ocupações massivas de universidades, para que sejam rompidos os acordos acadêmicos com Israel! Que as direções dos movimentos populares organizem ações de massas contra as empresas sionistas em nosso país! A derrota sionista pela luta de classes fortalecerá muito mais o combate à extrema direita que dezenas de promessas e programas eleitorais assumidas pelos candidatos, que são engavetadas ou negociadas com a direita e extrema direita que pouco antes afirmavam combater.

Um passo concreto que dêem as massas exploradas e oprimidas para estrangular as bases econômicas e políticas dos genocidas em nosso país é mais efetivo para avançar no caminho da libertação da Palestina e destruição do sionismo que as declarações demagógicas e declamações programáticas abstratas, à margem das necessidades e bandeiras que possam levar à derrota do sionismo e do imperialismo no Brasil. É com os princípios, programa, métodos e táticas conquistados pelo proletariado mundial na luta contra burguesia mundial, que será possível que esses passos avancem ao objetivo de conquistar a autodeterminação e fazer da Palestina uma e livre, do rio ao mar, um pilar na luta dos oprimidos pela expulsão do imperialismo, da transformação revolucionária das relações de propriedade, e dar passos à conquista dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. A vanguarda que se apoie nas tendências de luta das massas e traduza seu instinto revolucionário em programa e estratégia socialistas poderá estar à frente dessa tarefa, e abrir caminho à paz verdadeira.

O eleitoralismo leva a se subordinar à frente ampla burguesa governista que mantém os acordos entre Brasil e Israel

Na ocupação “Penha Prietas”, do MST (rua Consolação e esquina da Paulista), foi realizado um ato em defesa da arte mural “Palestina Livre”, realizado em apoio à luta do povo palestino. Localizado em pleno coração da Paulista, e à vista de toda a burguesia e da pequena burguesia reacionária que apoia o sionismo, o mural e seu criador, Pagu, se transformaram em alvo de ataques. Um sionista tentou derrubar Pagu quando estava pendurado, a dezenas de metros de altura, pintando, e derramou a tinta para tentar boicotar a realização do mural. Foi mais um ataque na cadeia de perseguições, provocações e intimidações que os sionistas e os aparelhos repressivos do Estado (polícia e judiciário) realizam contra aqueles que se colocam em defesa dos palestinos. Em outro momento, uma militante teve seu braço quebrado por um agente de segurança do Clube Hebraica, quando levava uma bandeira palestina pendurada no carro. Iniciaram-se ainda processos criminais por “antisemitismo” contra militantes e movimentos.

Foi nesse quadro de avanço às perseguições e aos ataques sionistas que a Frente Palestina São Paulo/FPSP convocou um ato em uma praça próxima ao local da manifestação artística, para depois marchar até a ocupação e acompanhar a finalização do mural, a fim de proteger a obra e o artista de novos ataques nesse dia. Porém, dias antes, membros da FPSP avisaram por mensagem que a concentração seria na frente da ocupação, desfazendo assim a decisão de convocar na praça, e daí marchar pela rua até a ocupação.

Essa “mudança” não foi justificada, mas deixou claro que se impuseram decisões (individuais ou partidárias) que acabaram reforçando a subordinação da Frente aos interesses aparelhistas e eleitorais. Desde que começaram as campanhas eleitorais, se passou a priorizar atos simbólicos, campanhas midiáticas nas mídias digitais ou atividades culturais, que servem à exposição das promessas eleitorais dos partidos e à exposição de seus candidatos. Os governistas não querem “incomodar muito” a camada de votantes direitistas e de sionistas que são cabos eleitorais e apoiadores de Boulos. Supostas legendas “independentes e socialistas” (como o PSTU) também afundaram nesse oportunismo democratizante, usando os atos para filmar seus “candidatos de luta”, e editar vídeos para a campanha eleitoral. Não é por acaso que se negam a organizar as massas nos sindicatos que dirigem para impor com a ação direta que o governo Lula rompa todos os acordos com Israel.

Na parede externa da ocupação, havia a propaganda de um vereador do PT apoiado pelo MST. Governistas disseram que é melhor “ter aliados na prefeitura”, para que a pauta palestina esteja representada nas instituições. Houve quem criticasse Lula por cumplicidade no genocídio, para a seguir chamar o voto em Boulos. De toda forma, houve quem falasse da importância da luta de classes, sem, contudo, apresentar qualquer orientação prática de como atacar concretamente os interesses de Israel no país. Como se vê, as “soluções” vão, desde votar em cúmplices do genocídio, à apresentação de programas abstratos. Soma-se ao cretinismo eleitoral o vanguardismo estéril, para agravar a subordinação da Frente e do movimento ao oportunismo democratizante que se impõe de cima para baixo.

Em oposição a esse cretinismo democratizante e à fraseologia eleitoral hipócrita, o PPRI defendeu que somente com os métodos da luta de classes e avançando na organização de ações nas fábricas e universidades – e qualquer instituição ou empresa com vínculos com o sionismo – é que se poderá dar um passo para ajudar as massas palestinas a derrotarem os genocidas, e assim imporem ao governo Lula que rompa – imediata e incondicionalmente – todos os acordos entre Brasil e Israel. Essa foi a linha que orientou o Manifesto e a fala do militante do PPRI no ato, que reproduzimos abaixo na sequência. ●

Fala do PPRI - 18/08

A questão é a seguinte: a Frente Palestina tem duas bandeiras, que são a “Palestina livre do Rio ao Mar”, e a defesa da “ruptura de todos os acordos comerciais, acadêmicos, econômicos, etc. entre o Brasil, entre todos os governos, com Israel”. Essas duas bandeiras refletem um processo histórico das massas palestinas, da resistência palestina, de combater o genocídio e seus opressores com seus métodos próprios de luta. Porque todas as anteriores bandeiras falharam! Porque se reivindica o caminho da justiça, inclusive internacional. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) diz que o que faz Israel é genocídio e limpeza étnica. A ONU, e organismos da ONU, dizem exatamente a mesma coisa. E isso não muda absolutamente nada. E por que não muda absolutamente nada? Porque o sionismo tem interesses econômicos concretos, enfiados em todos os governos e em todos os países burgueses. Quando se fala de contradição, se deve falar concretamente da contradição entre as tendências das massas a intervir com seus próprios métodos, e não apenas na França, mas na Inglaterra, poucas semanas atrás, houve uma ação de centenas de pessoas que entraram na indústria que faz drones e equipamentos para Israel, e entraram e destruíram tudo o que tiveram a seu alcance. Esse método é muito mais concreto para a luta de classes, para a derrota do sionismo, para estrangular o sionismo, para atacar suas bases econômicas, para que essa derrota fortaleça a luta da resistência e das massas palestinas pela sua autodeterminação nacional, do que depositar uma papeleta eleitoral.

E por quê? Temos divergências nisso. Temos muitas divergências. O problema é que a democracia burguesa e a justiça burguesa são o campo próprio do inimigo dos próprios palestinos e da classe operária em seu conjunto. Daí não vai sair absolutamente nada! Tanto é assim que somente a pressão das massas, a continuidade da luta dos movimentos em defesa dos palestinos, tem conseguido fazer com que o governo Lula faça uma manobra: suspendeu um acordo e o retomou de novo, enviando até o último centavo desse acordo através de uma fliada da Elbit. Essas coisas mostram que a democracia burguesa, os governos burgueses, tanto da esquerda quanto da direita, estão comprometidos com esse tom, esse caráter, esse conteúdo da democracia burguesa.

Portanto, só queria colocar que o que é necessário é apoiar essas tendências que estão aparecendo há mais de 11 meses já, e apoiar o movimento nas fábricas. Os sindicatos que têm a responsabilidade de direção da classe operária devem convocar a realização de greves, ocupações em qualquer fábrica, com qualquer vínculo com Israel. Querem derrotar o sionismo? Querem derrotar a ultradireita? Então, sigamos o caminho da luta de classes. Porque a extrema direita não se derrota nas eleições. A extrema direita está ligada ao sionismo, que têm interesses econômicos. A burguesia – e o sionismo, que é uma expressão da burguesia – se derrota com a luta de classes, atacando cada um dos seus interesses.

É isso o que nós queremos dizer, do Partido Proletário Revolucionário Internacionalista.

Por que não assinamos a “Carta Latino-Americana de Saudação ao Fórum Internacional de Ativismo Estudantil pela Palestina”

Por iniciativa da militância do PSTU, essa carta foi apresentada à Frente Palestina de São Paulo, para ser enviada e lida no Fórum Internacional de Ativismo Estudantil pela Palestina, que se realizou em 29/30 de agosto, em Istambul, na Turquia. Havia inicialmente a proposta de assinaturas por organizações, mas depois se colocou a assinatura pela Frente de conjunto. O PPRI manifestou que não assinaria esse texto. E explicou que a carta continha as posições programáticas e estratégicas de uma corrente, com as quais parte da Frente não está de acordo.

UMA PROPOSTA QUE NÃO SERVE À UNIDADE DE AÇÃO DA FRENTE

Ao apresentar, sem antes uma discussão de conteúdos e formas pela frente, uma carta com suas posições estratégicas e táticas mais gerais a ser assinada pelo conjunto das organizações, o PSTU teve uma atitude aparelhista e divisionista. Uma frente de ação prática que ainda não é expressão das massas em movimento deve buscar a unidade de ação por meio de acordos gerais entre organizações e partidos que a compõem que permitam impulsionar a mobilização. A tentativa de fazer aprovar e ser assinada uma carta, que é claramente de princípios de uma única corrente, expressa uma imposição. Assim, já diante do método errado de apresentação do texto e sua consequência, não poderíamos assiná-lo.

UMA ESTRATÉGIA QUE NÃO SERÁ POSSÍVEL REALIZAR

O texto, inicialmente, se colocava por *“a libertação da Palestina só será plena quando for conquistada uma Palestina livre do rio ao mar, sem genocídio, apartheid, racismo e colonização.”* Depois, foi acordado o formato *“a libertação da Palestina só será plena quando for conquistada uma Palestina única, laica, democrática, e inclusiva para todas as etnias, povos e religiões.”* Note-se que se trata de uma mudança substantiva de conteúdo. E que ambas vão além da bandeira que temos empunhado nos atos e manifestações, de *“Palestina Livre, do Rio ao Mar”*, que permitiu às mais diversas correntes agirem unitariamente.

A Palestina enfrenta a opressão nacional do sionismo genocida há décadas. Sionismo que se materializa no Estado

burguês de Israel, armado até os dentes pelo imperialismo estadunidense, sendo de fato seu enclave militar na região. Israel estabeleceu uma relação de opressão nacional sobre os palestinos, que expressa uma exploração de classe, e se realiza por meio da superexploração do trabalho dos assalariados palestinos, e do esmagamento de sua nação para posse de suas terras e riquezas naturais. Essa caracterização é fundamental para se estabelecer o objetivo estratégico capaz de efetivamente libertar o povo palestino de toda forma de opressão.

Sob o capitalismo, não será possível a libertação do povo palestino, mesmo que o desejem. Também não será possível a autodeterminação plena dos países da região. É necessário destruir o Estado de Israel, que é um enclave dos EUA no Oriente Médio. E qualquer Estado judeu que ali se constitua, sob o capitalismo, será instrumento de opressão nacional e social sobre os palestinos. A autodeterminação dos 6 milhões de judeus que foram levados pelos EUA para o Oriente Médio desde o final dos anos de 1980 depende da revolução proletária, socialista, que permita o estabelecimento de Estados Operários com liberdade total para se unirem ou se manterem separados. Não podem existir, sob o capitalismo, estados nacionais sem que exista entre eles alguma forma de opressão nacional, que expressa as relações de classe em nível internacional. Por isso, a “Palestina Democrática”, burguesa, está fadada ao fracasso. A revolução proletária, socialista, que acontecerá na Palestina, do Rio ao Mar, será o primeiro passo para que avance nos demais países do Oriente Médio, que mantêm uma relação de interdependência entre si, e que avançarão para a formação de uma Federação de Estados Socialistas. Estes serão dois passos necessários no caminho da Revolução Mundial Socialista, que acabará com toda forma de opressão, incluída aí a opressão nacional. Esta é a síntese do programa proletário para a libertação da Palestina.

O PSTU coloca que a libertação da Palestina “só será plena” a partir de *“Uma Palestina que seja parte central na construção de um novo mundo, onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”* A revolução proletária será parte da revolução mundial socialista, ou não vingará. Mas a revolução proletária palestina não pode depender hoje da implantação do socia-

lismo no futuro, não pode ser apenas um subproduto da revolução mundial. Ou seja, é totalmente possível (e desejável, e necessária) a revolução proletária palestina muito antes da revolução socialista mundial. Não se pode transformar o socialismo num paraíso a ser alcançado num futuro remoto, o que leva a se ajustar hoje ao capitalismo em decomposição e à democracia burguesa imperialista, cada vez mais restrita. Os revolucionários trotskistas de verdade ligam as bandeiras democráticas atuais à luta pelo socialismo – aplicam o Programa de Transição.

Isso não quer dizer que não devamos apoiar incondicionalmente os movimentos de libertação nacional que se choquem com o imperialismo, ainda que tenham objetivos estratégicos burgueses, sem nunca nos subordinarmos à sua política, organização e métodos. Se a resistência dos palestinos levanta a bandeira de uma Palestina Democrática, isso não nos impede de estarmos ao seu lado na luta contra o imperialismo, que é a burguesia mundial. O proletariado de todos os países combate o imperialismo nas trincheiras que a História os apresenta, mantendo sua independência de classe. Cada derrota que os explorados do mundo imponham ao imperialismo é um passo no caminho de sua emancipação. E cada vitória do imperialismo em qualquer parte do mundo é um passo atrás nesse mesmo caminho.

Por isso, estamos ao lado de todas as organizações palestinas que organizam as massas para enfrentar o imperialismo, sem nunca deixar de apontar e empunhar o programa e estratégia do proletariado, que prova que as burguesias nacionais (assim como a pequena burguesia) são incapazes de levar o combate ao imperialismo até o fim, até sua derrota definitiva.

AS TÁTICAS DEMOCRATIZANTES QUE NÃO LIBERTARÃO OS PALESTINOS

A tática firmada pelo PSTU para libertar a Palestina tem como ponto essencial *“construir uma aliança operária-estudantil global, sólida e duradoura.”* Enaltece os movimentos estudantis “mundiais”: *“o protagonismo inspirador dos estudantes, professores e trabalhadores universitários nos protestos e acampamentos que se espalharam pelas universidades ao redor do mundo ... Os acampamentos e manifestações que surgiram em diversas*

idades, em todos os seis continentes... colocaram a causa palestina no centro das mobilizações globais”

Para os revolucionários, o movimento estudantil é uma força auxiliar importante na luta pela Revolução Proletária. Ao se chocar com as burocracias universitárias e os governos, e ao tomarem para si os métodos de luta e as formas organizativas desenvolvidas pelo proletariado na luta de classes, realizam grandes mobilizações, que ora seguem as tendências de luta dos explorados, ora são um sinal dessas mesmas tendências na situação, que a seguir se concretizam.

Nos países capitalistas atrasados, onde existe a economia combinada de formas de produção capitalista com as pré-capitalistas, especialmente no campo, está colocada a necessidade da construção da aliança operário-camponesa. Ela decorre da importância fundamental do pequeno camponês na produção de alimentos das cidades e seu choque com os médios e grandes proprietários capitalistas. A única classe autenticamente revolucionária, o proletariado, que pelo seu papel ligado diretamente à produção social deve dirigir a revolução, tem de trabalhar para construir essa aliança estratégica.

Os estudantes não são uma classe social. Não podem assim formar uma aliança de classes. Podem, sim, assimilar a política e programa proletários, e se tornarem em importantíssimo instrumento auxiliar na luta revolucionária. Esse papel será desempenhado tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Defender uma suposta “aliança operário-estudantil” está fora da política revolucionária do proletariado. Pressupõe a negação do papel dirigente do proletariado na revolução, colocando-o no mesmo nível do dos estudantes. Só pode ter um sentido prático de tentar convencer pessoas a aderirem a uma ideia, partido ou causa – proselitismo. Na prática, a defesa da aliança operário-estudantil serve para conferir uma feição mais radical ou “operária” a uma política pequeno burguesa para o movimento estudantil.

Os estudantes não terão nenhum “protagonismo inspirador” em relação ao proletariado, ao contrário, o movimento estudantil seguiu uma tendência geral global das massas de se mobilizarem ao lado dos palestinos contra o sionismo e os governos burgueses. E é preciso precisar que embora os acampamentos estudantis nos EUA e Europa tenham sido massivos, aqui no Brasil não passaram

de representação teatral, com apenas algumas dezenas de estudantes em meia dúzia de barracas para fotografar e postar na internet, às vezes em acordo com as direções de faculdades que mantêm acordos com o sionismo (FFLCH-USP), e sem organizar e mobilizar as bases para que de fato fossem massivos.

Além disso, o PSTU propõe “globalizar a intifada”, “fortalecer o movimento global de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS). Este movimento tem se mostrado uma ferramenta poderosa na luta contra o apartheid, o racismo e a colonização que o povo palestino enfrenta”, “denunciar e prender Benjamin Netanyahu.” Está aí o conteúdo prático de uma política pequeno burguesa.

A intifada é um método de luta de classes desenvolvido pelos palestinos em seu combate ao sionismo opressor. É uma rebelião de massas que utiliza todos os meios disponíveis para resistir e enfrentar seu inimigo, incluindo aí os estilingues de pedras. É um meio particular de luta palestino, que decorre das contradições objetivas impostas pela opressão nacional e social sionistas. Se pudessem, teriam enfrentado o Estado de Israel com armas muito mais sofisticadas. Não se pode tomar seriamente um método desenvolvido a partir da penúria de recursos para heroicamente enfrentar seu inimigo como receita de bolo a ser aplicada globalmente. Na grande maioria dos países, será necessário consumir a fórmula do Manifesto Comunista, de dividir as forças armadas e armar as massas a partir dos quartéis, para tomar à força e militarmente o poder da burguesia, por meio da insurreição.

O BDS é um movimento muito heterogêneo dirigido por organizações e correntes burguesas e reformistas, e tem apresentado políticas muito distintas em vários países e a respeito de diferentes questões. Na Frente Palestina, tem defendido a ruptura total de relações entre o Brasil e Israel, a qual defendemos conjuntamente. Mas não se pode generalizar que seja, em geral, “uma ferramenta poderosa na luta contra o apartheid, o racismo e a colonização que o povo palestino enfrenta.” Nem quanto às distintas caracterizações feitas por membros desse movimento quanto à resistência armada palestina (algumas falas acusam o Hamas de terrorista), nem quanto aos métodos defendidos por seus integrantes – por exemplo, boicotes individuais a produtos sionistas ou ainda quando subordina a luta e ação direta à política de

pressionar institucionalmente organizações e governos burgueses – os revolucionários atuam para que as massas, coletivamente, tomem a resolução de seus problemas nas próprias mãos, o que inclui se mobilizar para impor aos governos a ruptura total de relações com os sionistas. Ao elevar o BDS a algo que não é, o PSTU se subordina politicamente a uma organização heterogênea subordinada à democracia burguesa e que conta com defensores de métodos alheios aos do proletariado.

Quanto à defesa da “prisão de Netanyahu” (que hoje poderia apenas em sonhos se realizar por organismos internacionais manejados pelo imperialismo), o PSTU repete essa política punitivista burguesa a partir do Estado burguês, aplicada em diversas situações. O marxismo elaborou historicamente uma posição contrária à defesa das prisões (lembramos de Karl Liebknecht), que somente as massas mobilizadas podem julgar e punir de fato a burguesia por seus crimes de classe – por meio de seus Tribunais Populares.

A TÁTICA DO PROLETARIADO QUE EMANCIPARÁ OS PALESTINOS

O genocídio dos palestinos pelo estado sionista de Israel é um ataque do imperialismo estadunidense, que está de fato por trás dos massacres promovidos por Netanyahu, não apenas estrategicamente, mas com suporte de armas e munições. O belicismo ianque não é restrito à Palestina, se realiza em outros países do Oriente Médio, nos Bálcãs e Ucrânia, na região próxima à China no Oceano Pacífico, no apoio a movimentos pró-imperialistas em países da África Central. O retrocesso industrial e agrícola dos EUA, Europa e Japão em relação à China e Rússia exige que o imperialismo lute para destruir amplamente as forças produtivas mundiais, de forma a permitir sua recomposição e dar fôlego ao moribundo capitalismo em crise.

O genocídio de palestinos é a ponta desse iceberg. Concentra as principais contradições da luta de classes mundial. Coloca ao proletariado mundial a tarefa de derrotar o imperialismo e o sionismo em toda parte. As grandes mobilizações em favor dos palestinos apresentam a possibilidade concreta de se avançar na luta pela revolução proletária nos países e no mundo. Falta-lhes construir suas direções revolucionárias, e tudo isso demonstra de forma cabal a histórica crise de direção revolucionária. ●

14 de setembro de 1867**Publicação do primeiro livro de *O Capital***

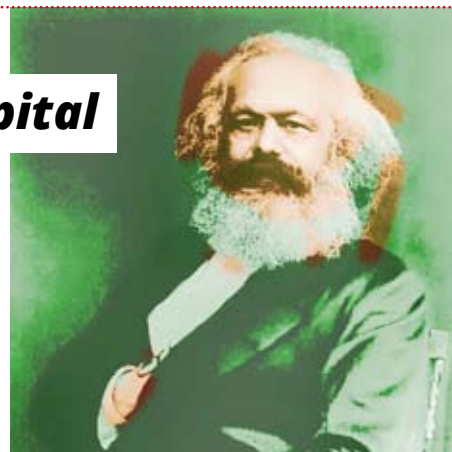
No dia 14 de setembro de 1867 era publicado o primeiro livro que comporia a obra “*O Capital - Crítica da Economia Política*”, de Karl Marx. Seria Engels quem levaria adiante o trabalho iniciado por Marx com a organização e a publicação das notas e resumos de Marx, e também com o trabalho de Kautsky, que viriam a constituir os livros II e III.

Sua publicação exemplificou como procede um revolucionário em face da ciência: parte da análise do real e do concreto, até se elevar à compreensão teórico-abstrata das ligações e leis do desenvolvimento dos fenômenos histórico-sociais da produção e do comércio, que determinam a existência social dos indivíduos submergidos em determinadas relações de produção, aplicando o método materialista dialético e histórico para compreender as leis objetivas do desenvolvimento do capitalismo.

Como verdadeiro cientista, Marx nunca considerou *O Capital* como impossível de ser revisado e corrigido. Sempre que necessário o fez, para o melhor entendimento e compreensão das formulações. Essa preocupação nota-se, por exemplo, quando, no Posfácio da segunda edição (Londres, 24/01/1873), assinala que no “capítulo 1,

item 1, a dedução do valor mediante a análise das equações nas quais se exprime todo valor de troca é efetuada com maior rigor científico; do mesmo modo, é expressamente destacada a ligação, apenas indicada na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza deste último, por meio do tempo de trabalho socialmente necessário”. Ou, quando assinala que o “capítulo 1, item 3 (“A forma de valor”) foi integralmente reelaborado”.

Nota-se que Marx escreveu sua maior obra para dotar a classe operária de uma doutrina teórica que fosse uma arma na sua luta revolucionária pela abolição da propriedade privada e da opressão de classe. “A acolhida que *O Capital* rapidamente obteve em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho”, afirma Marx no Posfácio da segunda edição. Todavia, Marx também era ciente das dificuldades de leitura que apresentava sua obra, em parte exigida pela necessidade da clara exposição científica. Como afirma no “Prefácio” à primeira edição (Londres, 25/07/1867), “*Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência*.” Entretanto, procurou simplificar “o máximo possível” as formulações sem perder “profundidade” na aná-



lise científica. O objetivo desse método era ajudar na compreensão de que “*não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista*”, e sim de compreender as “*leis dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade*”.

O Capital é uma das mais elevadas sínteses da exposição científica das leis econômicas que regem o nascimento, o desenvolvimento e a decomposição do capitalismo, e que levam em seu processo dialético a criar as bases materiais (sociais e econômicas) para a transição para o socialismo e para o comunismo. É uma obra indispensável para elevar a consciência da classe operária e formar os revolucionários profissionais, isto é, para traduzir a teoria revolucionária em prática revolucionária. ●

2 de setembro de 1945**É proclamada a independência do Vietnã, que abre caminho à *intervenção imperialista e à revolução***

No dia 2 de setembro do ano de 1945, Ho Chi Minh, histórico dirigente comunista vietnamita, proclamava a República Democrática do Vietnã, aplaudido por uma multidão na Praça Ba Dinh, em Hanói.

Em 1941, Ho Chi Minh funda o Viet Minh – guerrilha de fundamentos “ideológicos marxistas” – visando a lutar pela independência contra a ocupação do Japão, da cha-

mada Indochina Francesa, em 1940. Até sua derrota em 1945, atuou em uma frente junto aos franceses, que colonizaram há séculos o país, visando à derrota militar do império japonês. Com a rendição do Japão, e conquistando o norte do país e uma grande influência entre as massas populares, Ho Chi Minh declarou a independência nacional. Mas, o imperialismo francês tinha outro objetivo: ocupou o

sul do Vietnã, pretendendo chegar a um acordo de divisão do país. Rompidas as relações, em 1946, a França bombardeou Haiphong, no norte do Vietnã.

Iniciava-se a histórica luta das massas vietnamitas pela independência e por soberania nacional, primeiro enfrentando o imperialismo francês, e depois o norte-americano, os quais derrotaram com ajuda e apoio da China e da

URSS. Com a saída das forças dos EUA do país, o Viet Cong (ex Viet Minh) conquistava o controle sobre todo o país e, em 1975, era fundada a República Socialista do Vietnã (RSV).

Rompia-se mais um elo na cadeia mundial capitalista. A integridade territorial era conquistada pelas massas em luta revolucionária pela sua emancipação nacional. A profunda e radical reforma agrária e a estatiza-

ção da economia fundaram as bases do Estado Operário, e mais uma conquista revolucionária das massas mundiais contra o capitalismo. Entretanto, surgida no curso de burocratização dos Estados Operários russo e chinês, e de desagregação da vanguarda da IV Internacional, a RSV degeneraria rapidamente, e surgia prematuramente o processo restauracionista sob pressão dos monopólios.

Na época imperialista, a autodeterminação nacional somente pode ser conqui-

tada pelos métodos revolucionários, e avançando nas tarefas socialistas. Assim como na Coreia do Norte e em Cuba, no Vietnã se manifestava o caráter ininterrupto da revolução, que inicia o curso da transição para o socialismo. É também uma lei desta época que, se essas tendências objetivas do desenvolvimento histórico não estiverem sob a direção marxista-leninista-trotskista, o movimento revolucionário pode degenerar e, até certo ponto, sua degeneração retardar a

revolução. É a reconstrução da direção revolucionária e o programa da revolução política que impedirá à burguesia destruir essas conquistas revolucionárias, e libertar a economia estatizada para dar saltos na transição ao socialismo.

A experiência demonstra ainda que é possível as massas derrotarem uma força militar superior se o objetivo da autodeterminação nacional se enraizou no povo oprimido. Setores das massas no mundo todo se ergueram contra a guerra

de opressão nacional, dirigida pela burguesia norte-americana contra o Vietnã, e com suas ações e medidas ajudaram na sua derrota. A luta dos palestinos contra seu extermínio e pela sua autodeterminação trazem à tona mais uma vez esse instinto internacionalista das massas. É um dever revolucionário impulsionar e defender o programa que leva à derrota militar dos opressores, e que abre caminho à revolução proletária na Palestina, Oriente Médio e no mundo todo. ●



9 de setembro de 1948

Fundação da República Popular Democrática da Coreia

A República Popular Democrática da Coreia (RPDK) foi fundada em 9 de setembro de 1948, após a expulsão dos japoneses da península coreana pela guerrilha liderada por Kim Il Sung. Temendo a expansão da revolução, os EUA ocuparam grande parte do sul, transformando-o em um protetorado norte-americano. A URSS veio no auxílio das forças revolucionárias e ocupou a parte norte.

A Coreia se via prematuramente dividida, e sua autodeterminação nacional barrada pela intervenção da burocracia estalinista e da burguesia mundial. Com a invasão do sul pela RPDK, em 1950, o imperialismo interveio militarmente, e empurrou as forças norte-coreanas de novo para acima do paralelo 38. A burocracia soviética prestou ajuda militar à RPDK, mas negou-se a intervir diretamente no conflito. Em 1953, se estabeleceria um acordo de cessar fogo entre a URSS e os EUA, formalizando a divisão da Coreia, sem acabar com a guerra. A burocracia soviética transformou a RPDK em um estado-tampão para proteger suas fronteiras.

Com a passagem da RPDK da influência soviética para a chinesa, seria a burocracia maoista-estalinista que garantiria sua sobrevivência, em troca de usá-la como peão e ameaça contra o imperialismo, visando a enfraquecer o cerco sobre a China. O atual estreitamento de relações entre as burocracias russa, chinesa e norte-coreana é ditada pela necessidade de apresentar um front comum para resistir à ofensiva imperialista, que visa a destruir os Estados Operários e a derrubar as burocracias.

A RPDK foi fundada quando a URSS mergulhou no revisio-

nismo e na convivência pacífica com o imperialismo, levando os partidos e as revoluções a degenerarem prematuramente. A RPDK refletiu esse processo, forjando uma ditadura burocrática baseada no culto à família Kim e na hereditariedade do mando estatal. Permanecem em pé as conquistas revolucionárias (propriedade estatizada e a coletivização da agricultura), mas, assim como na Rússia e na China, essas servem à burocracia do partido e do Estado, que usufrui da maior parte do excedente do trabalho do proletariado e dos camponeses.

Abortada a unificação do país pela ação contrarrevolucionária da burocracia estalinista e da burguesia imperialista, abriu-se passagem aos permanentes conflitos e choques entre o Estado Operário degenerado do norte com a República burguesa do sul. No confronto, a trincheira das massas das duas Coreias é a da defesa da propriedade nacionalizada contra a ofensiva imperialista que se utiliza, como base de manobras, da Coreia do Sul. O programa da revolução política na RPDK e o da revolução social na República da Coreia do Sul unificam a luta do proletariado coreano e lhe permite avançar na unificação de todo o país, sob a estratégia e métodos revolucionários. Restabelecendo a ditadura proletária na RPDK e o controle e direção do proletariado sobre a economia estatizada, e integrando-a por meio da revolução social às desenvolvidas forças produtivas do sul, se abrirá uma via ao amplo desenvolvimento da economia e à sua planificação, que permitirá dar um salto na transição ao socialismo, livre do entulho burocrático e da ditadura de classe burguesa e subordinação ao imperialismo. ●

A disputa eleitoral nos EUA tem por base uma mesma política imperialista de agravamento do *genocídio palestino*, de *ofensiva bélica contra Rússia e China*, e aumento da *opressão das massas e nações oprimidas*

Segundo pesquisas, Kamala Harris conseguiu reverter a “derrota certa” dos democratas contra os republicanos, quando Biden ainda era candidato: 45% contra 41%. Foi exitosa a troca de Biden por Harris, forçada pela cúpula democrata e bilionários doadores. Ao aceitar sua candidatura na Convenção do partido, Harris disse que manterá seu apoio inabalável a Israel e Ucrânia.

A cumplicidade no genocídio do governo Biden/Harris foi combatida por centenas de milhares de estudantes que ocuparam as universidades nos Estados Unidos exigindo o cessar-fogo e a ruptura dos acordos das instituições universitárias com Israel e suas universidades. Destacou-se também o surgimento de um movimento interno ao Partido Democrata (PD) nos últimos meses, que nas primárias depositaram votos de denúncias contra a política do governo Biden no holocausto na Palestina. Setores do PD e pequenos partidos aliados decidiram não votar em Harris por conta disso. Na Convenção Democrata, essas posições se manifestaram, obrigando Harris a atacá-los e se apoiar na demagogia democratizante e dos “direitos humanos”, a fim de usar os movimentos de mulheres e negros pelos direitos civis, para silenciar e atacar as denúncias e exigências do movimento pró-Palestina taxando-os de serviços de Trump.

A troca de Biden por Harris modificou o quadro eleitoral nos EUA, de acordo com os interesses de setores da grande burguesia e da indústria militar, e teve efeitos imediatos na situação política mundial. A Ucrânia invadiu a província russa de Kursk, com apoio do imperialismo norte-americano e europeu. Harris disse que apoiará a Ucrânia na sua luta pela “libertação” da opressão russa, o que significa endossar a ofensiva militar para destruir o estado operário degenerado. Dias após seu discurso na Convenção, novos envios de armas foram repassados para Israel, o que favoreceu a ampliação da ofensiva genocida sionista sobre a Cisjordânia, onde foram “confiscados” 23,7 km² de terras, muito mais que nos últimos 20 anos. Defato, Harris deu carta branca a Israel para completar seu objetivo de expulsar palestinos ou massacrá-los, se resistirem. Tudo é feito para preservar o estado de Israel como base de manobras da burguesia norte-americana no Oriente Médio, um verdadeiro enclave militar.

Também foi apresentado e votado o “plano econômico” de Harris, que garante os lucros bilionários dos capitalistas da indústria bélica na Palestina, Ucrânia e Ásia, e ainda da fração que obtém seus lucros no mercado interno, e está sendo atingida pelo agravamento da destruição das condições de vida das massas e das tendências recessivas. Disso se trata a política de “créditos reembolsáveis” para os “mais necessitados”: serão injetados bilhões de dólares pelo estado, para subsidiar os lucros dos empresários dos serviços e comércio, no mesmo momento em que a espiral inflacionária destrói os ganhos dos assalariados (que não conseguem comprar a mesma quantidade de mercadorias e serviços do passado), e em que o desemprego segue em alta e alcançou seu nível mais elevado, desde 2021.

Para cumprir os objetivos de seu

...
Junto à necessidade de controlar os sindicatos e movimentos está a perseguição e repressão. O ano letivo das universidades norte-americanas começa com uma nova lei contra protestos, que restringe e cerceia o direito à livre expressão e organização de manifestações. **Qualquer governo burguês que seja eleito, contará com um arcabouço legal que facilitará esmagar e criminalizar os protestos.**

“programa”, um possível governo Harris deverá manter sob controle a luta de classes. Nos últimos anos, cresceram as manifestações e a radicalização dos movimentos estudantis, populares e operários. Aconteceram greves que romperam a paralisia de mais de cinco décadas, abrangendo professores, funcionários, assalariados dos serviços e importantes destacamentos operários. A greve geral nacional e unificada do sindicato dos operários metalúrgicos da indústria automotiva, a UAW, no ano passado, conseguiu derrotar uma das mais poderosas frações capitalistas, e impor aumento salarial, ampliação de direitos, e abriu caminho a um processo de sindicalização que é visto como uma greve ameaça pelos capitalistas. Estudantes conseguiram que algumas universidades suspendessem e rompessem com acordos acadêmicos e econômicos entre suas universidades e instituições de Israel. Também neste ano, a iniciativa da UAW e de outros sindicatos constituiu uma frente sindical para pressionar o governo democrata por

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE

A **economia nacionalizada** mantém as bases sociais e econômicas do **Estado Operário Degenerado**, apesar da **burocracia contrarrevolucionária**

Adquira com nossos militantes!



um cessar-fogo na Palestina. Como se vê, um crescimento da luta de classes enfrenta o objetivo de um futuro governo democrata, de manter equacionados os choques dos assalariados contra o parasitismo dos capitalistas, particularmente da indústria militar.

Junto à necessidade de controlar os sindicatos e movimentos está a perseguição e repressão. O ano letivo das universidades norte-americanas começa com uma nova lei contra protestos, que restringe e cerceia o direito à livre expressão e organização de manifestações. Qualquer governo burguês que seja eleito, contará com um arcabouço legal que facilitará esmagar e criminalizar os protestos. Essa centralização visa a intervir nos sindicatos e cooptar as direções, para evitar que as greves atinjam os interesses dos capitalistas. Como acontece na Europa ou na América Latina, a direitização e fascistização dos democratas se realiza por dentro da democracia burguesa, e graças, fundamentalmente, à conciliação de classes praticada pelas direções sindicais e populares. Na França e na Alemanha, ergueram-se aparelhos jurídicos repressivos e ditatoriais que criminalizam manifestações e protestos em favor dos palestinos. Na Itália, o governo fascizante aprovou leis que restringem as liberdades de organização e reunião. Os orçamentos militares deram um salto, visando a sugar os explorados da Europa em benefício dos lucros da indústria militar, que alimenta a guerra travada pela Ucrânia contra a Rússia. Na América Latina, quase todos os governos seguem financiando o genocídio palestino. Intervenções e manobras golpistas, orquestradas pelo imperialismo, ameaçam os governos que não se subordinem totalmente a suas ordens, como na Venezuela e Honduras. Por toda parte, avançam

os ataques às liberdades democráticas e a destruição de empregos, salários e direitos, em benefício do parasitismo financeiro. Governos e Congressos dos países democrático-burgueses aprovam contrarreformas violentas, orçamentos que aparelham o Estado policial, e ainda mais leis repressivas. Todos os países “democráticos” reforçam as formas ditatoriais do domínio da burguesia. A candidatura de Harris e as medidas democratas são manifestações dessa tendência reacionária.

O capitalismo monopolista dos EUA não tem como frear seu retrocesso geral no mercado mundial, sem ampliar a destruição de forças produtivas em escala global, especialmente a propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias, afundar os explorados na barbárie, e oprimir mais brutalmente as massas e nações oprimidas nas semicolônias. Essa tendência geral é acompanhada pelas burguesias europeias, japonesa e inglesa, e a unificam no objetivo imediato de derrotar a Rússia, e preparar as condições para a derrota da China. As eleições nos EUA prenunciam a ampliação das crises, da opressão social e nacional, e das tendências bélicas. Nada muda para as massas mundiais.

As massas se projetam na luta de classes, na medida em que são impulsionadas pelas condições objetivas da desagregação capitalista. Há muitas décadas não se via uma confluência e unidade tão ampla das massas ao redor de reivindicações e objetivos comuns. Mas, não avançam em sua ofensiva política e nos métodos da luta de classes contra os governos e os capitalistas, porque são desviadas, contidas ou traídas por suas direções sindicais e políticas. As direções e partidos que se reivindicam de esquerda continuam iludindo as massas, com as promessas de melhorar suas condições de vida e direitos dentro da institu-



cionalidade burguesa, deixando assim o campo livre para a burguesia impor ataques e destruição das condições de vida das massas, por meio das instituições e ilusões democráticas.

A política democratizante e de colaboração de classes é um bloqueio reacionário às tendências instintivamente revolucionárias presentes entre as massas, que se levantam contra o genocídio e as guerras do imperialismo contra as nações oprimidas e os estados operários degenerados. A luta de classes e a solidariedade internacionalista das massas não podem se desenvolver e se elevar conscientemente ao objetivo da luta pelo poder, sem sua direção política revolucionária mundial. Para avançar na reconstrução da direção revolucionária internacionalista, devem ser defendidas e impulsionadas as bandeiras e consignas que aceleram a luta de classes e ação coletiva dos explorados, pela conquista de suas reivindicações. Por essa via, se avançará no objetivo de impor aos governos a ruptura de todas as relações com o estado genocida de Israel, e pôr um fim a ofensiva belicista do imperialismo contra Rússia e China. Será possível impor um freio à destruição maciça de forças produtivas, que ameaça afundar as massas e a economia mundial na barbárie mais profunda. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA



e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!



Convenção democrata confirma candidatura de Kamala Harris, endossando a trama palaciana contra Biden e a continuidade do genocídio na Palestina

A Convenção Nacional do Partido Democrata, em Chicago (Michigan, 18/08), oficializou a candidatura de Kamala Harris a presidente. Chicago é o berço de uma das maiores comunidades palestino-árabe dos EUA. Protestos aconteceram no primeiro dia contra Biden e Harris, por apoiarem o genocídio palestino e prometerem manter a política de apoio ao sionismo. Cartazes chamavam a não votar nela e liam-se faixas com palavras de ordem tais como “A ocupação da Palestina é crime” e “Pela vitória da resistência Palestina”.

Temia-se que os protestos pudessem acabar em confrontos, como os ocorridos na Convenção democrata de 1968 (também em Chicago), quando milhares protestavam contra a Guerra do Vietnã, e foram brutalmente reprimidos. Mas, não havia decisão de boicotar a Convenção e, portanto, não foi alterado o teatro montado para referendar a escolha da Harris, feita pela cúpula, após a debandada de frações burguesas que obrigaram Biden a renunciar – ou ser destituído da candidatura. Tudo indicava que Biden seria

derrotado por Trump, e era impossível ocultar o estado avançado da deterioração de suas capacidades físicas e intelectuais. Segundo fontes do partido vazadas na mídia, antes mesmo do debate com Trump, que o mostrou atordoado e intelectualmente afetado, existia um plano para tirar Biden da disputa.

A trama palaciana contra Biden procura reverter a possibilidade de derrota dos democratas, e apresentar a candidatura de uma mulher negra e filha de imigrantes como se fosse uma virada “geracional e progressista” no interior do partido. A manobra, de um lado, objetivou isolar os manifestantes pró-Palestina, se apoiando em um setor ligado aos “movimentos pelos direitos civis”, e, de outro, conter na Convenção as manifestações dos delegados pró-Palestina, abafando as denúncias de cumplicidade no genocídio, com gritos e vivas para Harris. Em meio ao discurso de Harris, gritaram-se palavras de ordem pelo cessar-fogo e pelo fim da ajuda dos EUA a Israel. “Kamala, Kamala, não podes esconder-te, não votaremos no genocídio”, ouvia-se. Harris respondeu acusando quem grita-

va de servir aos interesses de Trump. Enquanto Harris atacava em seu discurso os delegados favoráveis ao embargo a Israel, manifestantes foram despojados das bandeiras palestinas, delegados pró-Palestina eram impedidos de falar, e uma mulher usando um hijab era atingida por um cartaz de Biden, quando se pronunciava contra o discurso do presidente. Essas retaliações e a cumplicidade de grande parte dos delegados demonstraram o quanto o Partido foi cooptado pelo financiamento e pelos interesses sionistas, que são os da grande burguesia que controla sua cúpula.

CONVENÇÃO VOTA “PROGRAMA” QUE ENDOSSA O GENOCÍDIO

Harris conta com apoio do Comitê Americano-Israelense de Assuntos Públicos, que financia e endossa sua candidatura. No seu discurso, deixou claro que preservará o apoio e o financiamento de Israel, ou seja, que seguirá sendo cúmplice do genocídio palestino, como foi durante todo seu mandato de vice-presidente. Os delegados que acharam possível que assumisse uma posição diferente, caso

aumentassem a pressão política foram derrotados. Até a deputada “progressista” Ocasio-Cortez, que condenou no passado os massacres de palestinos, fez uma virada de 180 graus, afirmando que apoia o direito de Israel à “autodefesa”, desde que se retomassem as conversações para avançar na resolução dos “dois Estados”.

Na Convenção, foi aprovado o “programa de governo” de Harris. Não há uma só linha que fale de cessar-fogo imediato, dos massacres ou de embargo, como exige a Corte Internacional de Justiça/CIJ e a ONU. Entretanto, diz explicitamente que o “Memorando de Entendimento de 2016 é inquebrável”. Refere-se ao acordo Israel-EUA, assinado por Barack Obama (vigente até 2028), que prevê uma ajuda militar anual fixa em valor de US\$ 3,8 bilhões para Israel. Harris mostra, assim, seu apoio “inquebrável” ao genocídio e ao envio de armamentos. O governo Biden-Harris foi muito além, superando, por dezenas de bilhões em bombas e armas, esse acordo. A menção hipócrita de lutar por um “futuro melhor para o povo palestino”, à qual Harris referiu-se

//

...

(...) foi aprovado o “programa de governo” de Harris. **Não há uma só linha que fale de cessar-fogo imediato, dos massacres ou de embargo, como exige a Corte Internacional de Justiça/CIJ e a ONU.** Entretanto, diz explicitamente que o **“Memorando de Entendimento de 2016 é inquebrável”**. Refere-se ao acordo Israel-EUA, assinado por Barack Obama (vigente até 2028), que provê uma ajuda militar anual fixa em valor de US\$ 3,8 bilhões para Israel.

no seu discurso, significa que ou os palestinos aceitam seu destino, ou serão dizimados ou expulsos de suas terras ancestrais.

O novo ano letivo nos EUA começou com uma extensão e aprofundamento das leis repressivas contra os protestos no interior dos campi. A *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo* (ver nota “Congresso dos EUA criminaliza a luta pró-Palestina: defender as liberdades democráticas com a luta de classes!”, *OI* nº 16 – junho 2024), aprovada por democratas e republicanos, é um instrumento do sionismo e do imperialismo para conter as próximas lutas contra o genocídio e pelo embargo a Israel. Se eleita, Harris se apoiará no avanço das restrições às liberdades de expressão e de organização, e recorrerá à repressão para garantir que não sejam ameaçados os interesses dos

monopólios e dos sionistas.

SIONISTAS APOIAM HARRIS - QUE APOIA OS SIONISTAS

Em 2017, em uma conferência do *Comitê Americano-Israelense de Assuntos Públicos*, ou AIPAC – organização sionista dedicada a “comprar” presidentes e deputados (financia 342 dos 535 membros do Congresso), enchendo de dólares suas campanhas e cobrando-lhes quando eleitos o apoio irrestrito aos interesses sionistas – Harris afirmou: *“Estou do lado de Israel devido aos nossos valores partilhados, que são tão fundamentais para a fundação de ambas as nossas nações ... os laços entre os EUA e Israel são inquebráveis...”*. A defesa da opressão colonial, do direito à posse militar de terras e recursos, da implementação do genocídio em nome da “democracia” e do supremacismo racista, eis os “valores partilhados” com o sionismo. Com seu discurso na Convenção neste ano, Harris apenas reforçou essa “comunhão de valores”, que visam a manter em pé o enclave imperialista no Oriente Médio.

O oportunismo de se apresentar como “mulher negra e filha de imigrante” como atestado de progressismo foi duramente criticado pelo *Black Agenda Report (BAR)*, um site que promove a produção intelectual, cultural e jornalística de negros e negras dos EUA, fundamentalmente. Segundo lembra o BAR, *“Um dia depois de manifestar apoio a um cessar-fogo, o governo Biden-Harris liberou 3,5 mil milhões de dólares adicionais em ajuda militar a Israel”* e, logo a seguir, foi aprovada *“uma venda de 18,8 bilhões de dólares adicionais em equipamento militar”*. Por isso é que assinalam que a apresentação de Kamala Harris *“como uma candidata progressista”* e que *“já obteve*

um apoio esmagador da população negra” não deveria ser endossada, e sim denunciada. Para o site, sempre é importante *“documentar a traição dos enganadores negros que trabalham ao serviço do império dos EUA”*.

VOTAR EM HARRIS É VOTAR NA OPRRESSÃO E NO GENOCÍDIO

Os democratas “progressistas” e “socialistas” recorrem a todas as manobras retóricas possíveis para arrastar as bases partidárias a votar em Harris. Levantase o espantinho de que um governo Trump significaria o “fim das liberdades democráticas” e a “destruição dos direitos civis”. Fala-se que, sendo eleita, se poderá pressionar para uma mudança na política de Estado em relação a Israel. Afirma-se que existe no partido um espaço para as divergências internas, e assim, para a luta pelo convencimento de lideranças, deputados e senadores. E que a grande influência dos democratas entre os sindicatos e a ascendência de novas lideranças sindicais, a exemplo de Shawn Fain, presidente do *United Automobile Worker/UAW*, publicamente a favor de um cessar-fogo e de políticas “progressistas”, permitem ir conquistando progressivamente uma influência

maior e, desta forma, levar a uma mudança da política.

Essa demagogia democratizante já foi trucidada pelo ocorrido na Convenção e nos 4 anos de governo de Biden/Harris, que pouco ou nada se diferenciou do governo Trump/Pence. O governo atual aprofundou o fechamento de fronteiras e a expulsão de imigrantes, estendeu a guerra comercial, reforçou a política intervencionista nos países oprimidos, manteve o militarismo contra Rússia e China, e apoiou o genocídio palestino. Isso levou a um setor de base dos democratas a organizar um movimento conhecido como “voto descomprometido”, que conseguiu se expressar em mais de 700 mil votos de protesto contra o genocídio nas primárias. E que fez campanha na Convenção por um abaixo-assinado (apoiado por 200 delegados) por um cessar-fogo para Harris na Convenção. Desfeita a ilusão que Harris poderia mudar de posição, grande parte desse setor descontente está chamando a não votar nela, nem em Trump.

VIRADA TÁTICA DA BURGUESIA APÓS A TROCA DE BIDEN POR HARRIS

No jornal de julho, assinalamos que -- até esse momento -- verificava-se um maior apoio de setores

FOLHETO NOVO!

PARA ONDE
marxismo » *revisionismo*
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!



da burguesia à candidatura de Trump, especialmente porque seu programa em política exterior se orientava a concentrar esforços intervencionistas em Israel/Oriente Médio, e na luta contra a China. Sua proposta de retirar progressivamente ajuda e apoio à guerra na Ucrânia correspondia à conjuntura, que mostrava ser impossível uma derrota militar da Rússia sem um confronto bélico aberto. O que os EUA não estão em condições de garantir, se se abre um choque também com a China.

Biden-Harris têm se adaptado a essa avaliação da correlação de forças militares na Ucrânia, diminuindo entre democratas e republicanos a principal diferença na política exterior que a burguesia avaliava como mais um fator para apoiar esse ou aquele candidato. Assim, passou a ser decisivo, nos seus cálculos, qual dos possíveis governos lhes garantia condições para continuar a impor seus interesses por toda parte, com a menor resistência interna das massas norte-americanas. A troca de Biden por Harris trouxe para a campanha o controle sobre os sindicatos e os movimentos que estiveram na base da organização dos protestos e greves nos últimos anos. Esse controle tornou-se um “valor diferencial” na avaliação da burguesia para manter sua política de opressão

e de expansão belicista, enquanto se mantém abafada a luta de classes no país. O crescente apoio da maioria das frações da burguesia a Harris e o retrocesso (relativo) de Trump nas pesquisas é uma manifestação dessa mudança tática. Sobretudo, porque um possível governo de Harris seguirá condicionado “*pelo interesse dos monopólios em não retroceder ainda mais no mercado mundial, perante o avanço da China*” (OI n° 18, de agosto de 2024) e, aliás, manterá a política belicista contra a Rússia e a genocida na Palestina.

O DEMOCRATISMO E ELEITORALISMO SÃO UM CÂNCER PARA A LUTA REVOLUCIONÁRIA DAS MASSAS

Nada mudará para os palestinos com qualquer governo que seja eleito, “*porque continuarão sendo trucidados por milhares de bombas, exportadas dos EUA para Israel*” (OI n° 18). Tampouco mudará a ofensiva contra os Estados Operários degenerados da Rússia e da China, contra os quais a política adotada visa a destruir a propriedade estatizada conquistada pelas revoluções proletárias. Não mudará o curso da opressão imperialista sobre as semicolônias e a repressão política, rebaixamento dos salários, destruição de direitos e a precarização em que

se aprofundam há décadas os assalariados norte-americanos, em benefício dos lucros monopolistas.

Esses são os fundamentos que guiam a política de Estado da burguesia estadunidense, e que condiciona todos os governos de plantão. Ocasio-Cortez demonstra que, mesmo a partir de um partido dito “progressista” de um Estado imperialista, não há como, de fato, mudar nada em favor dos oprimidos. Ao contrário, são os “progressistas” que mudam de opinião em exclusivo benefício dos interesses da burguesia. Apesar disso, correntes ditas “socialistas” (como o DAS) provavelmente devem chamar o voto em Harris para “derrotar a ultradireita”. Há um setor ultraminoritário de vanguarda que está defendendo a ruptura com o Partido Democrata e a construção de um “outro partido”. Mas, não se propõem a construir um partido para a revolução e a ditadura proletária, e sim para participar nas eleições como “oposição de esquerda”.

Os EUA têm sido palco de uma alta da luta de classes e de solidariedade internacionalista com os palestinos. A ocupação das universidades, as manifestações de rua e a unidade dos sindicatos ao redor da exigência de que se imponha um cessar-fogo e um embargo a Israel são manifestações do choque en-

tre explorados e a burguesia, como há décadas não se via na principal potência imperialista. Mas, sem contar com uma direção e um partido revolucionários, esses movimentos são iludidos e arrastados a votar e a apoiar um governo burguês que manterá e aprofundará tudo contra o qual estão lutando.

A contradição entre o que as massas fazem no campo da luta de classes com o que fazem no campo da política burguesa (as ilusões democráticas, eleitorais) somente começará a ser superada por uma vanguarda com consciência de classe que lute pela “*fusão das tendências de luta das massas com o programa e a estratégia revolucionários*” (OI n° 18, de agosto de 2024). Desenvolvendo as lutas defensivas pelas reivindicações, retomando os levantes universitários e os unificando com as manifestações contra o genocídio, chamando os operários a paralisarem as fábricas e a bloquearem os portos, impedindo a produção e a exportação de armas e bombas a Israel, assim como enfrentando a repressão com a ação e a força coletiva das massas, é como as massas darão passos para derrotar a burguesia imperialista e o sionismo, abrindo um caminho para a luta revolucionária pelo seu próprio poder, sob o programa proletário e os métodos da luta de classes. ●

Repressão e restrição das liberdades democráticas são apoiadas por democratas e republicanos *para esmagar a luta das massas contra o genocídio palestino*

O começo do ano letivo nas Universidades dos EUA foi marcado pela aplicação de um novo marco legal, aprovado pelo Departamento de Educação dos EUA (DOE), que restringe as liberdades de organização e de expressão política. As universidades e escolas modificam seus “códigos de conduta” às normas já provadas pelo DOE, a partir dos fundamentos da nova *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo*.

Entre as novas regras estão: **a)** proibição de acampamentos em instalações universitárias, **b)** limitação da duração dos protestos e **c)** delimitação dos espaços permitidos, **e)** solicitação antecipada da autorização para manifestações, **f)** impedimento de participação e entrada no campus aos que não têm identificação universitária, etc. As “normas” estão sendo aplicadas nas universidades da Pensilvânia, Indiana, Flórida, Berkeley e Santa Ana (Califórnia), entre muitas dezenas de outras universidades. Há já quarenta “investigações” contra estudantes pelo chamado “Título VI” do DOE. Muitas dessas “investigações” foram iniciadas pelo “Campus Reform”, a “Liga Antidifamação” e o “Centro Brandeis”, organizações de estreitos vínculos com o sionismo. As perseguições e os processos se estendem também às escolas secundaristas. O objetivo é abortar qualquer retomada dos protestos e ocupações estudantis, e atingem também o movimento “Boicote, Desinvestimento e Sanções” (BDS). Segundo Kenneth L. Marcus, do Brandeis Center e ex-funcionário do DOE, os protestos estudantis devem ser duramente reprimidos, porque se assemelham aos ataques do Hamas de 07/08/2023, pelo seu “extremismo violento”.

A Associação de Professores Universitários Estadunidenses se pronunciou contra a criminalização e a punição política ao direito de manifestação e de liberdade de expressão pelas reitorias e congregações. As universidades “devem promover e não reprimir” o debate, disseram. Denunciaram que as novas

regras sequer foram submetidas a consulta. Os *Estudantes Nacionais pela Justiça na Palestina* (NSJP) afirmaram, em um comunicado público, que se abriu uma campanha repressiva que procura “silenciar o nosso movimento e distrair o público americano do genocídio patrocinado pelos EUA em Gaza”. Há uma “caça às bruxas” contra reitores ou diretores, acusados de serem tolerantes com as supostas “manifestações antissemitas”, apenas por terem defendido o direito de manifestação e de livre expressão. Em uma audiência do Congresso, foram interrogados e questionados os presidentes de Harvard, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Universidade da Pensilvânia, acusados de serem permissivos com as “ocupações criminosas” e o “antisemitismo”. A presidente da Universidade da Pensilvânia, Liz Magill, e a presidente de Harvard, Claudine Gay, foram forçadas a renunciar, sob pressão do lobby sionista e dos democratas e republicanos. Não importou aos congressistas republicanos e democratas se os protestos reuniram centenas de milhares de judeus antissionistas junto de muçulmanos, organizações, sindicatos, etc. O que importa aos partidos da ordem burguesa imperialista é garantir os negócios dos monopólios da indústria da guerra, que lucram bilhões com o genocídio palestino.

A criminalização da luta contra o genocídio é um novo marco repressivo e de agravamento da destruição das liberdades democráticas nos EUA. Trata-se de uma ofensiva ditatorial, que deu um salto à frente sob o governo Biden/Harris, e agora estende-se aos sindicatos que começaram a se organizar e a se manifestar contra o envio de armas para Israel, e em favor de um cessar-fogo incondicional. Em 2021, o Departamento de Justiça decidiu intervir na “United Auto Workers” (UAW, sindicatos dos operários da indústria automobilística), e designar um “monitor” federal para investigar supostas fraude e corrupção de anteriores diretores sindicais; mas está sendo agora utilizado

como um agente do governo para pressionar a nova direção (eleita depois de iniciado esse processo contra a direção anterior, e que esteve à cabeça da greve nacional que derrotou as multinacionais e obteve aumento de salários, direitos trabalhistas, novas garantias sindicais, etc.) a abandonar seu aberto apoio aos movimentos pró-Palestina.

A UAW é um dos sindicatos à cabeça da “frente sindical” formada recentemente entre vários sindicatos nacionais (reunindo ao redor de 50% de todos os filiados a sindicatos no país) em favor de um cessar-fogo e um fim do envio de armas a Israel. O “monitor” que tinha sido designado para cumprir a função de investigar casos de fraude e corrupção (seguindo os interesses do governo democrata) começou a interferir sobre o posicionamento da UAW em relação a Israel e Gaza, enviando uma carta à *Liga Antidifamação* (sionista), mostrando a sua “preocupação” sobre essas posições. A UAW e os sindicatos que exigem “cessar fogo em Israel e Gaza”, e seu conselho executivo, que votou pela formação de “um grupo de trabalho de Desinvestimento e Transição Justa para estudar a história de Israel e Palestina, os laços econômicos da União com o conflito, e explorar como conseguir uma transição justa para os trabalhadores dos EUA da guerra para a paz”, não caracterizam o governo Biden como cúmplice do genocídio, e também responsabilizam o Hamas pelos massacres (indiretamente). Seu atual presidente, Shawn Fain, é um democrata convicto, e falou na Convenção realizada em Detroit, mas o problema para o governo é que a posição da “frente sindical” abria uma via para a radicalização das bases e para a unidade com os protestos estudantis.

Note-se que a permanência do “monitor” na UAW, por fora de sua função designada, objetiva “informar” o governo sobre o rumo político que adote a “frente sindical” quanto a Gaza e Palestina. Essa ação, junto às novas normativas repressivas do DOE, convergem para ampliar o quadro de repressão e

intervenção estatal na vida interna das organizações e nos direitos e liberdades das massas. Esse controle dos democratas sobre as direções sindicais e os movimentos de “direitos civis” é uma garantia oferecida à burguesia imperialista, de que os oprimidos e a classe operária serão impedidos de avançar em sua radicalização em relação a Palestina e Israel, o que já levou milhares de estudantes e judeus antissionistas a romperem com os democratas, e a denunciar seu governo como cúmplice do holocausto palestino.

No jornal *O Internacionalista* n° 16, de junho (“Congresso dos EUA criminaliza a luta pró-Palestina: defender as liberdades democráticas com a luta de classes!”, na página 24), mostrávamos como a *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo* é base das novas medidas repressivas contra os protestos estudantis, e pretendia “naturalizar o extermínio físico do povo palestino, proteger o estado sionista, e impedir atos e ações das massas que possam vir a tra-

var os negócios da indústria militar”, política defendida tanto por governos democratas quanto por republicanos. Qualquer que seja o governo de plantão, se “apoiará, financiará e armará regimes fascizantes, racistas e colonialistas, desde que seja do interesse dos monopólios e do capital financeiro norte-americanos”, como também fizeram no passado democratas e republicanos.


É sob esse quadro de avanço da legislação repressiva e de destruição de liberdades democráticas que a candidata democrata Kamala Harris vem construindo sua campanha. Se for eleita, é sobre essas bases que constituirá seu governo e continuará apoiando o genocídio palestino. A democracia se decompõe, refletindo a decomposição econômica e social do capitalismo. Sejam governos de esquerda ou da ultradireita, se continuará avançando na restrição às liberdades democráticas e na repressão, visando a esmagar as lutas dos explorados, a oprimir as nações

semicolônias, a intervir militarmente e a apoiar regimes genocidas que lhe são úteis para impor os interesses e lucros dos capitalistas.

A única forma de defender e impor o cessar-fogo, o fim do genocídio e o embargo a Israel, qualquer que seja o governo eleito nos EUA em outubro, é retomando as mobilizações, e unificando as ações com os métodos da luta de classes. Romper com as ilusões democráticas nos candidatos da burguesia imperialista exige que a vanguarda com consciência de classe trabalhe no interior dos sindicatos para que suas bases superem suas direções conciliadoras, e recuperem suas organizações para a luta contra a burguesia imperialista e seus governos de plantão. Impulsionar a unificação das lutas sob o programa das reivindicações comuns e impor com a ação direta que o governo rompa as relações entre EUA e Israel, é uma tarefa que abre caminho para a derrota do sionismo e de sua própria burguesia. ●

PSTU – SOBRE A INVASÃO DA UCRÂNIA EM KURSK

Morenistas criam bolha de especulações para continuar defendendo uma posição reacionária e pró-imperialista

 No site da LIT-QI (organização internacional à qual está ligado o PSTU), foi publicado um artigo (15/08/2024) sobre a invasão ucraniana na província russa de Kursk. Segundo seu autor, Pavel Polska, trata-se da mudança da “guerra de posições” para a “guerra de manobras”. Porém, qualquer “mudança tática” no curso de uma guerra exige mostrar os objetivos e os interesses por trás dessas. Somente assim será possível a correta caracterização de seu valor prático, e fundamentalmente de sua importância para a luta de classes e a situação política mundiais.

O imperialismo armou, treinou, proveu de informação, inteligência de satélite para designação de alvos

russos, e até de tropas regulares (sob disfarce de “mercenários”, havia entre as tropas invasoras soldados poloneses, norte-americanos, franceses, georgianos, brasileiros, etc.) à Ucrânia, para atacar Rússia em seu próprio território. Viaturas blindadas, tanques, armas e mísseis recentemente entregues foram usados na invasão. Os satélites dos EUA e Inglaterra facilitaram as imagens da disposição das tropas russas e, assim, permitiram à Ucrânia planejar o ataque. Há muito se sabe que os equipamentos mais modernos da OTAN (HIMARS, ATACAMS, Patriot, etc.) não podem ser operados sem intervenção de “técnicos” e “especialistas”, ou seja, de militares na ativa de países imperialistas. E que os

drones norte-americanos coletam dados que servem para os ataques na Criméia, Donbass e Rússia.

Como se vê, a “mudança tática” não seria possível sem a intervenção do imperialismo. Isso foi confirmado por ex-militares e funcionários do Pentágono com acesso à informação classificada. E assumido pelos EUA e pela União Europeia/EU: “Estamos participando ativamente do conflito”, disse o chefe da diplomacia europeia, Joseph Borrell, enquanto o Departamento de Estado dos EUA afirmou que não questiona o uso de seu armamento para Ucrânia se “defender”, ainda que seja atacando território russo. Também a Inglaterra e a França autorizaram o uso de seus veículos blindados, armas e mísseis em ter-

ritório russo, como medida de “legítima autodefesa”. A ação em Kursk mostrou que nem o regime títere de Kiev, nem o imperialismo, querem avançar nas negociações de paz.

Não houve qualquer vitória da Ucrânia nesta aventura que permita afirmar que houve uma mudança tática no curso da guerra. A destruição seguinte, pelas forças russas, das tropas mais bem treinadas e equipadas pela OTAN – e sem conseguir frear o avanço russo no Donbass – vão, conjuntamente, favorecer a Rússia e comprometer o imperialismo em uma guerra direta com ela. Kursk deixou claro que a OTAN está atacando a Rússia, servindo-se para isso da bandeira ucraniana. Essa é a verdadeira “mudança tá-

A suposta “revolta operária” de 2014 foi protagonizada fundamentalmente pela pequena burguesia e, em particular, pelas organizações políticas e paramilitares ultradireitistas e nazistas, orquestrada e dirigida pelo imperialismo.

tica” na guerra e, sobretudo, na situação política mundial. Entretanto, Polska afirma: a operação “não foi encorajada pelos EUA, nem pela OTAN ou pelas potências imperialistas ocidentais”, porque os EUA “proibiram” Kiev de “atacar o território russo com armas fornecidas pelo Ocidente”. De forma que a ação seria “expressão de um **giro político no que diz respeito à subordinação absoluta e sufocante aos ditames e chantagens das potências**” que “**responde a uma profunda pressão das massas operárias e populares ucranianas**, que ... não se resignam a capitular perante os ocupantes”. E isso aconteceria porque a “sociedade ucraniana, que não está sob uma ditadura como a de Putin, e sim, tem na memória mobilizações massivas como a Maidan de 2014...”. Traduzindo: segundo o PSTU, a ação em Kursk teria sido impulsionada pela luta operária e popular, e teve sua raiz histórica na insurreição “revolucionária” de Maidan, em 2014.

A suposta “revolta operária” de 2014 foi protagonizada fundamentalmente pela pequena burguesia e, em particular, pelas organizações políticas e paramilitares ultradireitistas e nazistas, orquestrada e dirigida pelo imperialismo. Como assinalamos em *O Internacionalista nº 10* (“10 anos do golpe contrarrevolucionário que abriu caminho à guerra na Ucrânia”), de dezembro do ano passado, o golpe de Maidan “foi organizado por frações da burocracia herdeira do estalinismo, aliadas às oligarquias burguesas e



os partidos e correntes nacional-fascistas, e com apoio do imperialismo”. Por isso é que “A destituição de Yanukovich e a imposição de um o governo títere do imperialismo encerrou o curso da restauração capitalista no país, transformando a Ucrânia em semicolônia, e em uma nova base de operações para a expansão militar da OTAN sobre as fronteiras russas”. O decorrer da última década mostrou o acerto desse prognóstico: a Ucrânia é uma semicolônia e uma base da OTAN para impulsionar o objetivo de destruir a propriedade estatizada pelo proletariado revolucionário da Rússia, fragmentar o país em inúmeros estados étnicos e transformá-la em semicolônia – como já fez com a Ucrânia.

A ocultação deliberada desses fatos demonstra o servilismo da LIT ao imperialismo. Por isso está ausente, na avaliação de Polska, “outra revolta” de massas cujo conteúdo foi progressivo, ao se erguer contra o golpe do imperialismo e ao rejeitar se subordinar ao governo títere. O Leste ucraniano, com

o destacamento operário mais numeroso e consciente da Ucrânia (fato demonstrado historicamente já em 1918 e 1919), e de esmagadora maioria russa da região, começou uma luta de mais de 8 anos pela sua autodeterminação. Os agentes do imperialismo que subiram ao poder em Kiev (graças ao golpe contrarrevolucionário) se apoiaram na OTAN para deflagrar a guerra civil fratricida contra o Donbass. A Rússia invadiu a Ucrânia quando estava claro que se imporia aos russos do Leste sua centralização pela via militar, e quando se preparava a entrada do país na OTAN, rompendo assim os acordos de Minsk, que deviam “garantir a autonomia às regiões do Leste ucraniano”. A “integralidade territorial” defendida pelo imperialismo – e pela LIT – somente era e é possível com a guerra civil de esmagamento dos russos do Leste, e negando-lhes o direito à autodeterminação (que Lênin defendeu incondicionalmente), e servindo de peão para atacar a Rússia.

Assim como a LIT distorce

os eventos do “Euromaidan”, distorce também o conteúdo dos estados em guerra para ocultar sua subordinação aos objetivos imperialistas. A LIT caracteriza a Rússia de imperialista, quando, segundo Lênin, não haveria, na época imperialista – com o término da visão do mundo entre as potências – espaço para o surgimento de novos países imperialistas. Seguindo esse raciocínio, Trotsky afirmou que a restauração capitalista na Rússia a transformaria necessariamente em semicolônia. A LIT não explica como a realidade teria contrariado Lênin e Trotsky. E menos ainda explica porque abandonou a tática bolchevique de guerra civil contra o próprio governo burguês (o inimigo em casa), se houvesse uma guerra inter-imperialista.

O autor rapidamente passa ao campo das especulações teóricas: 1) “esta incursão ucraniana revelou às massas que a Rússia está envolvida numa guerra de agressão”, 2) essa ação “A primeira incursão de um exército estrangeiro na Rússia desde a Segunda Guerra”,

3) o que leva a “uma possível nova dinâmica da guerra nos próximos meses”, fatos esses que 4) mostrariam aos russos as consequências da guerra “de opressão”, etc. Não está claro no raciocínio como uma invasão da Rússia pela Ucrânia poderia mostrar às massas o envolvimento daquela em uma “guerra de agressão”. Quanto à referência de “incursão” de um exército estrangeiro, refere-se ao exército nazista, mas o articulista não entra em detalhes para evitar as analogias inocultáveis entre os nazistas alemães e ucranianos. Tampouco houve mudança na “dinâmica da guerra”: a Rússia continua avançando no Donbass, e a Ucrânia beira à derrota – apenas a intervenção do imperialismo diretamente na guerra abriria uma possibilidade remota de mudar esse quadro. É parte das elucubrações fantasiosas do autor afirmar que os civis russos são deslocados “por segurança”, porque o governo russo teme “que comece a confraternização com as tropas ucranianas”. “Temos provas” disso, assegura. Quais são? Que “não há pânico por parte dos habitantes, mas sim diálogos com as tropas da FDU”. De onde tiraram essa informação tão “preciosa”? Das “fontes” da “resistência”, ou seja, dos militares ucranianos e estrangeiros que estão em Kursk, invadindo e assassinando civis russos. Ora, e as provas da “confraternização”? E os vídeos de russos apoiando os invasores que os libertam da “tirania” de Putin? Nada, absolutamente nada é apresentado como prova factual do que se diz. Polska insulta a inteligência dos leitores, ao desconhecer vídeos que confirmam crimes contra civis russos por ucranianos vestindo ca-

pacete alemão e distintivos nazistas.

Polska parece ter um lampejo de consciência e, subitamente, afirma ser “premature para fazer previsões”. Mas, é precisamente previsões sem fundamento e especulações sobre bases falsas que ele nos presenteou, desde que começou seu texto! Sequer se preocupou com a veracidade das fontes ou em comparar informações contraditórias. Será que para os morenistas tudo o que vem dos russos é mentira, e o que vem dos ucranianos é verdadeiro? Não sabemos, mas sim sabemos que o autor apresenta teorias sem qualquer responsabilidade material ou fática que comprove o afirmado.

Tudo se resume a uma lógica formal bem deformada: se a Rússia é invasora e a Ucrânia é uma nação oprimida, e se o imperialismo diz que se “nega” atacar a Rússia, então a ação em Kursk se fez contra a vontade dele, e expressa uma tendência de luta revolucionária contra a “guerra de agressão”. É recorrendo a esse caminho errático que nos oferece a sua conclusão: a invasão “torna-se a base de uma política revolucionária para esta guerra de libertação nacional”, porque “A classe operária e os jovens trabalhadores com armas nas mãos estão dando as suas vidas para expulsar os ocupantes e salvar a Ucrânia”. Resumindo: “São os trabalhadores que têm o direito de decidir e controlar o país e o seu governo.” Para isso, nada melhor que “exigir aviões, artilharia de longo alcance, Himars e Atacams e munições”, e que “toda a indústria esteja a serviço da defesa nacional e das necessidades do povo”.

A invasão sob comando e

direção do imperialismo JAMAIS pode ser “base” da política revolucionária, e sim da contrarrevolucionária. A tal “guerra de libertação” é uma guerra travada pelo imperialismo contra o estado operário (ainda que muito degenerado) russo, visando à sua destruição e transformação em semicolônia. Uma vitória dessa farsesca “guerra de libertação” levaria a remanchar duplamente as cadeias da opressão imperialista sobre a Ucrânia, Rússia, a chamada “Eurásia”, e por todo o mundo. Quanto à falsificação de que o exército ucraniano possa ser confundido com a classe operária e trabalhadores “em armas”, basta dizer que seus sindicatos não têm qualquer controle ou direção sobre as tropas: estão subordinados à hierarquia militar reacionária – ao comando da OTAN – e à burguesia vendida ao imperialismo. Não é suficiente vestir trabalhadores com roupas militares, para fazer do exército uma expressão da “luta proletária”. Menos ainda se não existir partido nem direção revolucionárias que os guiem.

É correto afirmar que a classe operária e os oprimidos têm direito a se autodeterminar e decidir os rumos do país. Mas, para isso é necessário derrubar a burguesia (nacional e imperialista), expropriar suas propriedades e erguer a propriedade nacionalizada, extinguir os destacamentos contrarrevolucionários da reação burguesa com o terror revolucionário, etc., o que não pode acontecer sem tomar o poder por meio da insurreição proletária. Somente assim poderiam criar bases para relações fraternais com os russo-ucranianos e os próprios russos. Isso foi o que aconteceu na revolução

de Outubro de 1917. Não se pode inventar nada, apenas retomar essa experiência e o programa bolchevique.

Defender o governo burguês, apoiar sua guerra e combater junto ao imperialismo é tudo ao contrário disso. Parece que os morenistas até se esqueceram da recomendação principista de Lênin de nunca votar nos créditos, nem apoiar os planos de guerra de qualquer governo burguês. Exigir mais armas que o governo burguês comprará para enriquecer os capitalistas e combater a Rússia, à custa das condições de vida dos explorados ucranianos, assim como se submeter aos objetivos e direção da guerra traçados pelo imperialismo, é cuspir sobre o exemplo dos revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

A LIT cavou sua trincheira de classe ao lado da contrarrevolução burguesa, contra os métodos e tática leninistas e as conquistas revolucionárias do proletariado, que permanecem em pé na Rússia, sob a forma da propriedade estatizada. A única posição revolucionária é a que defende essas conquistas, sem se subordinar aos métodos nem à política da burocracia russa na guerra. É aquela que defende, abertamente, a derrota do imperialismo e do governo fascitizante de Kiev, que permitirá preservar as conquistas revolucionárias, enfraquecer a burguesia imperialista, e favorece avançar para a derrota das potências – e também de seus governos vassalos, a exemplo do sionista – pelos explorados e oprimidos. Qualquer outra posição leva ao caminho da reação burguesa, como claramente o demonstra a subordinação vergonhosa da LIT aos interesses do imperialismo na Ucrânia. ●